

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAÍAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Flamarion Portela - PDT
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingu - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Flamarion Portela; PDT
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
 - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
 - c) Deputado George Melo - PSDC;
 - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
 - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
2º - Deputado Flamarion Portela - PDT.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Projetos de Lei nº 163 e 166/2017	02
- Projetos de Decreto Legislativo nº 066 a 069/2017	03
- Requerimentos nº 118, 120 e 123/2017	04
- Indicação nº 531/2017	04
- Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle - Edital de Convocação nº 007/2017	05
- Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência - Ata de Audiência Pública	05

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 507 a 513/2017	18
- CPL - Síntese da Ata de Registro de Preços nº 032/2017	19
- CPL - Certidão de Inexigibilidade de licitação nº 010/2017	19

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 163 DE 12 DE 12 DE 2017

Determina a afixação, em coletivos interestaduais, autarquias, empresas de economia mista, repartições públicas estaduais, hospitais públicos e entidades que ofereçam assistência ou tratamento aos idosos, de uma placa com a seguinte frase: “Desrespeitar ou prejudicar idosos é crime”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA decreta:

Art. 1º - Fica estabelecido que os coletivos urbanos, as autarquias, empresas de economia mista, as repartições públicas estaduais, os hospitais públicos e as entidades que ofereçam assistência ou tratamento aos idosos, afixem uma placa com a seguinte frase: “**Desrespeitar ou prejudicar idosos é crime**”, conforme direito assegurado pela Lei Federal nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso.

Parágrafo único - A placa a que se refere o “caput” deste artigo deverá ser feita com dimensões adequadas para sua correta visualização.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - e multa diária de 5 (cinco) Uferr (Unidade Fiscal do Estado de Roraima), a partir da notificação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, criou o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Contudo, com o rápido crescimento da população idosa, nota-se que esse segmento tem enfrentado discriminação, preconceito e dificuldade na sociedade.

O idoso é um ser que ainda luta para ser merecedor ele respeito. Portanto, o Estado

precisa estar preparado para acolher essas pessoas por meio de novas políticas públicas que estabeleçam melhor qualidade de vida, dando-lhes dignidade nessa etapa de sua existência. É importante e necessário tomar providências no sentido de exigir mais seriedade ao cumprimento da lei e colocar em prática as políticas voltadas para o atendimento ao idoso.

A importância dessa medida é evidente devido às reclamações da categoria. Ou seja, é uma matéria de interesse público. Portanto, solicito gentilmente o apoio dos meus nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2017.

VALDENIR FERREIRA
Deputado Estadual - PV

PROJETO DE LEI Nº 166 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“**INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS A SER COMEMORADA, ANUALMENTE, NA ÚLTIMA SEMANA DE JULHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**”

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA aprovou e sancionou o seguinte:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual da Agricultura Familiar, Pecuária e Agronegócios a ser comemorada, anualmente, na última semana de julho.

Art. 2º A Semana Estadual da Agricultura Familiar, Pecuária e Agronegócios tem como objetivos:

I - fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, pecuária e agronegócios e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão e comercialização;

II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, pecuária e agronegócios;

III - viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar, pecuarista e profissionais do agronegócio;

IV - criar espaços para os agricultores e pecuaristas discutirem questões locais relacionadas com a agricultura familiar, pecuária e

agronegócio e seus desenvolvimento;

V - a Semana Estadual da Agricultura Familiar, Pecuária e Agronegócios deverá ser realizada pelo Governo do Estado de Roraima em parcerias com outras entidades e/ou órgãos interessados.

Art. 3º As comemorações alusivas a Semana Estadual da Agricultura Familiar, Pecuária e Agronegócios de que trata esta Lei, passam a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Roraima.

Art. 4º Fica autorizada a Universidade Estadual de Roraima - UERR, a criar o curso superior de bacharelado em Agronegócios.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2017.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual – PMDB

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado institui a Semana Estadual da Agricultura Familiar, pecuária e Agronegócio a ser comemorada, anualmente na última semana do mês julho e tem como objetivo maior fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, pecuária e agronegócio instituindo políticas públicas aos pequenos agricultores que produzem para o sustento da família, pecuaristas e profissionais do agronegócio.

A Semana terá como foco profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar e pecuaristas e criar espaços para discutirem questões locais relacionadas ao tema e seu desenvolvimento, uma vez que valorizar essa atividade é reconhecer que a agricultura familiar, pecuária e agronegócio vêm contribuindo para o desenvolvimento do país. Também será foco da semana estadual organizar e estruturar um conjunto de ações de socialização, transferência de tecnologias e avaliação de processos voltados para os seguimentos, adotando metodologias que privilegiem o diálogo com os agricultores e pecuaristas.

A Agricultura Familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Apesar da importância desse setor para o país, ainda são muitas as barreiras que impedem o seu pleno desenvolvimento.

Daí a importância de instituir a Semana Estadual da Agricultura Familiar, Pecuária e Agronegócio para neste período discutirmos assuntos relacionados à agricultura familiar e ampliar o acesso às ações de apoio a esta atividade agrícola.

Na presente propositura, consta autorização legislativa para a Universidade Estadual de Roraima - UERR criar o curso superior de bacharelado em Agronegócios, para que a população roraimense possua profissionais habilitados para auxiliar no desenvolvimento da agricultura, pecuária e Agronegócio em nosso Estado.

Diante do exposto, confiamos e solicitamos o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação da presente proposição, por entender ser de grande importância.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2017.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual – PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 066/2017

Concede a comenda Orgulho de Roraima aos Senhores Ricardo Oliveira de Carvalho, Jean Medeiros Lima, Antônio Adenilton Santos Delmiro, Ubirajara de Oliveira Junior, Eric Renato Ferreira Pinto, Francisco Eladio Cavalcante de Aguiar Neto, Marcelo Rodrigues Batista, Marcio Dorneles Peixoto de Souza, Ricardo Mendes dos Santos, Ilderson Pereira Silva, Lilian Mara Vieira Monsalve Moraga, Maria Catia Mendes Rodrigues, Joyce Maciel Rolim e Valéria Cristina Nascimento Silva e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulgou o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam concedidas as Comendas Orgulho de Roraima aos Senhores Ricardo Oliveira de Carvalho, Jean Medeiros Lima, Antonio Adenilton Santos Delmiro, Ubirajara de Oliveira Junior, Eric Renato Ferreira Pinto, Francisco Eladio Cavalcante de Aguiar

Neto, Marcelo Rodrigues Batista, Marcio Dorneles Peixoto de Souza, Ricardo Mendes dos Santos, Ilderson Pereira Silva, Lilian Mara Vieira Monsalve Moraga, Maria Catia Mendes Rodrigues, Joyce Maciel Rolim e Valéria Cristina Nascimento Silva.

Art. 2º - A Mesa Diretora tomará as providências necessárias à realização da Sessão de entrega das Comendas constantes no presente Instrumento Normativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antonio Martins, 07 de dezembro de 2017.

MASAMY EDA

Deputado Estadual

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 067/2017

Concede a comenda Orgulho de Roraima aos Senhores Aurino José da Silva, André Campos Pantaleão, Haroldo Wilson Moreira da Silva e Ilana Gomes Portela de Carvalho e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulgou o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam concedidas as Comendas Orgulho de Roraima aos Senhores Aurino José da Silva, André Campos Pantaleão, Haroldo Wilson Moreira da Silva e Ilana Gomes Portela de Carvalho.

Art. 2º - A Mesa Diretora tomará as providências necessárias à realização da Sessão de entrega das Comendas constantes no presente Instrumento Normativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antonio Martins, 11 de dezembro de 2017.

MASAMY EDA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Considerando que no próximo dia 14 de dezembro ocorrerá uma cerimônia solene de entrega de comendas aos médicos roraimenses que muito contribuíram com a história, evolução e desenvolvimento de uma medicina de excelência no Estado de Roraima, indico os senhores Aurino José da Silva – clínico geral, André Campos Pantaleão – endocrinologista, Haroldo Wilson Moreira da Silva - neuropediatra e Ilana Gomes Portela de Carvalho - cardiologista, para serem agraciados com a Comenda Orgulho de Roraima, em decorrência dos anos de trabalho e dedicação com a medicina e em prol da sociedade roraimense.

Boa Vista – RR, 11 de dezembro de 2017

MASAMY EDA

Deputado Estadual

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 68/17.

“Concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Dr. Daisaku Ikeda que indica e dá outras providências”.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda “Orgulho de Roraima” ao Dr. Daisaku Ikeda por ser indubitavelmente o maior pacifista do mundo e presidente da Soka Gakkai Internacional com sede em Boa Vista- RR.

Art. 2º A Mesa Diretora adotará as providências necessárias à realização de Sessão para entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 11 de dezembro de 2017.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual PPS/RR

JUSTIFICATIVA

O Dr. Daisaku Ikeda, nasceu em 02 de janeiro de 1928, em Tóquio no Japão. Quando criança, seu país natal enfrentou a Segunda Grande Guerra e vivenciou a dor da perda, quando teve arrancados de sua vida, seus quatro irmãos mais velhos no campo de batalha. É um filósofo, escritor, fotógrafo, poeta e líder budista japonês. Graduou-se na Faculdade Fuji Júnior. Sua experiência de vida e desejo de viver em um mundo pacífico o levaram a abraçar o humanismo.

Em 1947, converteu-se ao Budismo de Nitiren Daishonin, tornando -se membro da Soka Gakkai, ampliando sua atuação por todo o mundo. Sempre

foi um leitor ávido e começou a escrever poesias na adolescência. Sua sede insaciável pelo conhecimento o levou a dar continuidade aos seus estudos sob a tutela do então presidente da Soka Gakkai e também educador, Josei Toda, que faleceu em abril de 1958 e Dr. Ikeda o sucedeu na presidência da Soka Gakkai em maio de 1960. Assim, ele estruturou a organização em diferentes países, surgindo a necessidade da criação da Soka Gakkai Internacionais-SGI, ocorrida em Guam, no Havaí, em 1975.

Atualmente é presidente da SGI, que está presente em aproximadamente 200 países e regiões e realiza atividades em prol do bem-estar da sociedade. A Soka Gakkai no Brasil, é representada pela Associação Brasil Soka Gakkai Internacional, geralmente chamada de BSGI. Temos uma sede em Boa Vista, da Brasil Soka Gakkai Internacional - BSGI, que é um braço da GSI no país, onde realiza as ações por meio da Coordenadoria de Educação Soka. Hoje a BSGI e a SGI representam um movimento de pacifismo, de tolerância, de amizade fraterna, em busca de uma cidadania global em todo o planeta. Filiada à ONU, representa hoje uma força de coesão da engenharia da paz, contrária à engenharia da guerra.

É de extrema importância a pregação, da doutrina do Dr. Daisaku Ykeda, onde busca sempre a cidadania mundial no sentido da cultura, da educação e da paz. Ele não é só um teórico, um doutrinador da paz, pois em cada acidente da Terra, seja na Índia, seja em El Salvador ou em Guiné, existe alguém da SGI oferecendo recursos àqueles que necessitam, pelas condições dos desastres naturais.

Desde que se tornou presidente da Soka Gakkai, há mais de 50 anos, Daisaku Ikeda tem realizado inúmeras iniciativas na busca da paz mundial. Desde 1983, engajou-se na elaboração anual de propostas de paz, dirigidas às Nações Unidas, tratando de questões sobre a paz, desarmamento, educação e meio ambiente.

Ressalta-se ainda, que Para Ikeda, a paz é muito mais do que a mera ausência de guerra. É um conjunto de condições em que as diferenças culturais são apreciadas e abraçadas e o diálogo é estabelecido como um meio para a resolução de conflitos.

Além disso, a base do pensamento de Ikeda, é a essência fundamental da vida, um valor que ele vê como a chave para uma paz duradoura e felicidade humana. Em sua opinião, a paz mundial depende em última análise, em uma transformação dentro da vida do indivíduo. Essa idéia é expressa de modo sucinto em uma passagem em seu trabalho mais conhecido, A Nova Revolução Humana: “a grandiosa revolução humana de uma única pessoa, um dia, impulsionará a mudança total do destino de um país e, além disso, será capaz de transformar o destino de toda a humanidade”.

Sua luta pela paz perene não é mero idealismo utópico, sendo ele um conferencista renomado que comprova suas palavras a partir de seus feitos. Sua ideologia baseia-se na Revolução Humana, um passo evolutivo que cada ser humano pode realizar a partir de sua transformação interior e conscientização quanto ao verdadeiro propósito da vida. Suas realizações perpassam todos os campos do conhecimento humano, pois para ele a cultura é a expressão viva da capacidade ímpar do ser humano. Por acreditar na Educação como o principal meio para o aprimoramento individual, fundou escolas desde o Ensino Infantil até a Universidade, fundou instituições culturais como a Associação de Concertos Min-On e o Museu de Arte Fuji.

É reconhecido por mais de uma centena de instituições de ensino superior com o título de Doutor Honoris Causa e em nome da paz perene pela qual realiza todas essas ações, anualmente elabora uma Proposta de Paz, entregue à ONU, desde 1983.

Por todos relevantes serviços prestados à sociedade roraimense por meio da BSGI, na qual tem sede no município de Boa Vista narrados acima é que apresentamos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 069/2017

Concede a comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Comenda “Orgulho de Roraima”, criada pela Resolução nº 010/09, de 08 de abril de 2009, ao senhor ALAN ROBSON ALEXANDRINO RAMOS.

Art. 2º A Mesa Diretora adotará as providências necessárias à realização de Sessão solene de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de dezembro de 2017
 Deputado Estadual GABRIEL PICANÇO

REQUERIMENTOS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 032/2017

REQUERIMENTO Nº 118 /17

Excelentíssimo Senhor

Jalser Renier

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
 Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve amparado no que determina o § 1º do art. 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer de Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período para esta Comissão Especial, composta pelos Senhores Deputados: Mecias de Jesus, Presidente; Masamy Eda, Vice-Presidente; Soldado Sampaio Relator; Naldo da Loteria, Jorge Everton e Dhiego Coelho Membros, para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 007/2017, de Vários Deputados, que, “Adita § 2º ao art. 33 da Constituição Estadual, transformando o parágrafo único em § 1º e dá outras providências;”

Sala das Sessões, 05 de Dezembro de 2017.

Deputado Mecias de Jesus

Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO ESPECIAL INTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 035/2015 ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 004/2016, Nº 029/2016, Nº 22/2017 E Nº 33/2017.

REQUERIMENTO Nº 120 /2017

A Sua Excelência

Deputado Jalser Renier

Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima
 Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, requer de Vossa Excelência, com amparo do §1º do art.43 do Regimento Interno deste Poder, a prorrogação de prazo por igual período para a Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução n.º 035/2015 alterada pelas Resoluções n.º 004/2016, n.º 029/2016, n.º 022/2017 e n.º 033/17 “Para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 003/15.”

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2017.

Dep. George Melo

Vice-Presidente da Comissão

REQUERIMENTO Nº 123/2017

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima
 Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, em conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno, REQUER a Vossa Excelência, após deliberação da Mesa Diretora, a concessão da **Comenda Ordem do Mérito Legislativo na categoria Mérito**, instituída nos termos do art. 2º e inciso III do art. 3º do Decreto Legislativo nº 005/06, de 14 de junho de 2006, ao **SENHOR SÉRGIO PILLON GUERRA**, ex-secretário de Estado e chefe da Casa Civil do Governo do Estado e atual Secretário da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Município de Boa Vista – RR.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2017

MASAMY EDA

Deputado Estadual

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 531/2017

A deputada que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento interno desta Casa Legislativa, requer o encaminhamento a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, da seguinte Indicação:

- **Recuperação de aproximadamente 15km das Viciniais que dão acesso às comunidades: Kawê, Nova Vitória, São Miguel, Barú, Pedreira e as demais viciniais vizinhas, localizadas na Região da Serra, marco sete, Município de Pacaraima-RR**

JUSTIFICATIVA

As Vicinais encontram-se em condições quase intratáveis e trata-se de uma localidade que vive basicamente de sua produção e os produtores necessitam de estradas com condições para escoar e transportar a produção.

Tendo em vista que o interior do Estado sobrevive praticamente da agricultura e considerando o comprometimento do Governo com a melhoria das estradas e vicinais, solicito a recuperação das vicinais acima mencionadas, no município de Pacaraima e com isso atenderemos as reivindicações de aproximadamente 700 pessoas que vivem nessas localidades.

Diante do exposto, contamos com o apoio de Vossa Excelência e agradecemos antecipadamente.

Sala das Sessões, 07 de dezembro de 2017.

ANGELA ÁGUIDA PORTELLA
 Deputada Estadual - PSC

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERENCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
**COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO
 FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE**
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2017

Em 14 de dezembro de 2017.

Convocamos os Senhores Parlamentares, Membros da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, Deputados: Angela Águida Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto para **reunião, dia 18 de dezembro do corrente, às 15 horas, na Sala de Reuniões**, altos do Plenário Noêmia Bastos Amazonas, com finalidade de tratar a respeito do Projeto de Lei nº 120/2017, que “Altera a Lei nº 1027, de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA 2016-2019”, de autoria Governamental e Projeto de Lei nº 121/2017, que “Estima receita e fixa despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018” de autoria Governamental.

Deputado Coronel Chagas
 Presidente da Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM 22 DE MAIO DE 2017. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS E PREVIDÊNCIA.

PRESIDENTE SOLDADO SAMPAIO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Administração, Serviços Públicos, Previdência e Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário, sob a Presidência do Deputado Soldado Sampaio, Presidente desta Comissão, registrada a presença do Senhor Deputado **Gabriel Picanço**. Por determinação da Presidência desta Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos, vamos dar início ao nosso trabalho nesta manhã de sexta-feira, sob a proteção de Deus, em nome do povo roraimense declaramos aberta a presente Audiência Pública para discutirmos sobre a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dois, oito, sete, a PEC da Previdência.

II – ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente, Deputado **Soldado Sampaio** – Eu queria, neste momento, fazer a composição da Mesa e convido, para compor a mesma, o excelentíssimo senhor Deputado Jorge Everton, membro da Comissão de Administração e Previdência desta Casa; quero convidar, para fazer parte da Mesa, o Deputado Brito Bezerra, líder do Governo nesta Casa; quero convidar o excelentíssimo senhor Deputado Flamarion Portela, Ex-Governador, neste ato, representando a Senadora Ângela Portela; quero convidar o excelentíssimo senhor Deputado Evangelista Siqueira, para compor a Mesa; quero convidar o senhor Marcelo Nunes, Diretor-Presidente do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia do nosso Estado, para compor a Mesa; quero convidar o Senhor Marlisson Lobato, servidor do IPERR (Instituto de Previdência de Roraima) e Diretor Jurídico do mesmo; quero convidar para compor a Mesa, o Senhor

Jackson Kardeck, Auditor Fiscal; quero convidar a Senhora Doutora Sarah Patrícia, Procuradora Adjunta da Procuradoria Especial da Mulher; quero convidar o Senhor Renato Carvalho, neste Ato, representando a Frente Sindical e os Movimentos Populares. Informamos aos senhores que esta Audiência é transmitida ao vivo pela TV Assembleia, os roraimenses estão acompanhando nos seus lares todo o debate nesta manhã. Neste momento, convidamos todos para cantarmos o Hino Nacional, logo em seguida o Hino do Estado de Roraima, (Hino Nacional), (Hino de Roraima). Quero chamar os nossos convidados que farão uso da palavra no dia de hoje a tomarem assentos aqui nas bancadas, até para nós termos mais facilidades para todos os representantes de Centrais Sindicais, Sindicatos, Segmentos e outros que terão direito à fala, quero convidá-los a tomar assento aqui, Andréia, a CTV, a CUT, a saúde. Eu pergunto se dentre os que farão o uso da fala alguém tem algum vídeo ou algum slide para expor para encaminharmos logo para a nossa equipe técnica, que vai tomando as providências para que durante a fala não tenhamos nenhum contratempo, portanto, se algum membro com direito à fala tiver algum vídeo, algum slide que queira projetar, procure o nosso Cerimonial para nós tomarmos as providências. Quero, nesse momento, passar a presidência dos trabalhos ao Deputado Jorge Everton, enquanto apresento a fala, da Tribuna, para justificar o porquê dessa Audiência, com a palavra o Deputado Jorge Everton para conduzir os trabalhos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom dia a todos, eu gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores que estão presentes neste Plenário. Essa luta é importante por demais para todos nós e espero que, neste momento, seja dado o pontapé inicial, porque apenas está começando essa batalha, eu convido a fazer o uso da palavra o Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos, novamente. Quero agradecer a presença de todos e aos que acompanham a Sessão também através da nossa TV Assembleia; quero cumprimentar o Deputado Jorge Everton, Membro da Comissão Especial e da Comissão de Administração e Previdência desta Casa; quero cumprimentar o Deputado Brito Bezerra; quero cumprimentar o Deputado Evangelista Siqueira e cumprimentar também o Deputado Flamarion Portela, que está aqui tendo dois “papeis”: representando o seu mandato e o mandato da Senadora Ângela Portela. Quero cumprimentar, em nome do Diretor Jurídico do IPERR, o seu Lobato e demais membros da Mesa, nossa Procuradora, Kardec, representantes de movimentos e frentes Sindicais, que compõem a Mesa; quero cumprimentar todas as Centrais Sindicais aqui presentes que, em nome da Maria Alves, representando a CUT, a CTB, com luta na força sindical; cumprimento todos os Sindicatos, servidores públicos da iniciativa privada, os Movimentos; e um cumprimento especial para todas as mulheres que se fazem presentes. Estamos na semana da mulher, nossa Procuradora, com certeza as mulheres não têm muito a comemorar, entre outros índices que vão contra os direitos, os interesses das mulheres. Temos, neste momento, aqui a Reforma da Previdência, apresentada ao Congresso, que atinge em cheio, vários segmentos e trabalhadores como um todo, mais, ainda, é o caso das mulheres do nosso país. Considerado um verdadeiro “presente de grego” que tramita no Congresso Nacional. Em relação a essa PEC, quando se trata de direitos das mulheres, conquistados no decorrer dos anos, senhoras e senhores, que esta Audiência Pública foi requerida, através da interlocutora da frente intersindical de movimentos populares contra a Reforma. A Maria Alves, representando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura e a CUT, bem como outros representantes da frente, nos procuraram e nos solicitaram que fizéssemos essa discussão no Poder Legislativo Estadual, convocando toda a Bancada Federal, toda a Bancada Estadual, para que essa atividade seja inserida em um calendário de programação que já desencadeou, alguns dias atrás. Houve vários movimentos no nosso Estado e no nosso país, tivemos a grata satisfação, juntamente com o Deputado Evangelista, Jorge Everton, Deputado Valdenir, Deputado Brito e tantos outros, Deputado Flamarion, de termos aprovado de imediato esse Requerimento no dia de hoje, tendo recebido todo o apoio da Mesa Diretora desta Casa. Eu quero aqui agradecer à Mesa Diretora desta Casa, aos Deputados Estaduais, por total apoio para que pudéssemos promover esta Audiência do dia de hoje, como também somos gratos a toda a nossa equipe da Comissão de Administração e Previdência, todo o Cerimonial que está aqui hoje, as meninas que foram muito prestativas como sempre nos ajudaram a organizar. Senhoras e senhores, a nossa fala é breve, vou deixar para que os palestrantes no decorrer da Audiência se posicionem. A nossa fala é direcionada aos trabalhadores do nosso país, do nosso Estado, porque não podemos de forma alguma cruzar os braços diante dessa ameaça que é a PEC dois, oito, sete, essa luta só para quando essa PEC for arquivada, nós queremos que ela nem seja votada, em especial, para não cairmos no engodo de aceitar Emendas a “rodeio” ou seja qual for o pretexto, porque nós temos receio de como

serão construídas essas Emendas e se vão resolver de fato. Quero aqui conclamar, colocar o nosso mandato à disposição, o nosso Bloco aqui nesta Casa, assim como a Assembleia Legislativa a não pararmos diuturnamente até arquivarmos essa PEC dois, oito, sete, a PEC da maldade, a PEC da morte, a PEC da Previdência, esse é o nosso intuito. Queremos conclamar as representatividades dos trabalhadores independentemente da cor partidária, independente da Central Sindical, independente se é de direita ou de esquerda, essa PEC atinge a todos, da iniciativa privada, da iniciativa pública, servidores civis, servidores militares, trabalhadores da cidade, trabalhadores do campo, homens e mulheres, ninguém escapa dessa PEC. Essa é a grande verdade, direitos serão retirados e ainda correndo um sério risco de deixar uma herança para os nossos filhos e netos terem que trabalhar até os sessenta e cinco anos e contribuir seus quarenta anos para ter direito a uma aposentadoria, que o Governo alega e implanta nos meios de Comunicações, através de suas mídias dizendo: “ou faz ou quebra”, “ou faz a reforma agora ou não terá direito para arcar com as próximas aposentadorias”. Nós sabemos que não é bem isso, nós sabemos que não há déficit na previdência, se todo recurso destinado à previdência tivesse sido alocado onde deveria ser e sendo administrado como deveria ser, todas as empresas, em especial, os grandes conglomerados de empresas tivessem repassando de maneira integral as contribuições patronal do trabalhador para a previdência, nós não teríamos déficit, se não houvesse desvio de finalidade das receitas que compõem a previdência e a seguridade social não haveria déficit, o Déficit é fruto da má gestão, da sonegação. E nesse processo, o mercado financeiro tenta fazer com que o trabalhador pague o preço. Quero aqui conclamar a fê pela boa relação com que nós temos convivido com os Movimentos Sociais do nosso Estado, camarada Nilton e demais lideranças, quem foi contra ou a favor do impeachment, quem é o vermelho, quem é o amarelo, quem é esquerda, quem é direita, quem bateu panela, quem não bateu panela, todos serão atingindo em cheio por essa reforma da previdência. Quero conclamar para unirmos forças com todos vocês para que possamos levar essa mensagem à nossa Bancada Federal, com respeito e esclarecendo a nossa Bancada Federal, aos Partidos, aos Deputados Estaduais, aos Vereadores no dia a dia, mandando e-mail, cobrando, ligando, seja qual for a forma de chegar à nossa Bancada Federal e termos unanimidade na Bancada Federal de Roraima, tanto na Câmara como no Senado, e, assim, poder ouvir os oito Federais e os três Senadores dizerem um grande não ao Henrique Meireles, à Reforma da Previdência. Esta é a nossa intenção e fico grato, de alguma forma, em poder ajudar nessa discussão, bom dia, obrigado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Sampaio para que possa dar continuidade à Audiência Pública.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Solicitamos a todos que irão fazer uso da palavra que se dirijam ao microfone, esta Audiência está sendo gravada para posterior transcrição da Ata. Quem quiser fazer perguntas que faça por meio de formulários que serão distribuídos e encaminhados à Mesa dos trabalhos. Peça a todos que usem o microfone, e se alguma pessoa tiver interesse em fazer alguma pergunta, por gentileza, procure o nosso Cerimonial que irá recolher essas perguntas, e logo em seguida, as direcionaremos. Neste momento, eu convido, para fazer uso da palavra, o senhor Márcio Cajado Lobato, servidor do IPERR e Diretor Jurídico do mesmo. Temos o tempo de até cinco minutos para fazer o uso da palavra, Senhor Márcio, fique à vontade.

O Senhor **Márcio Cajado Lobato** – Bom dia, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Soldado Sampaio, o Deputado Jorge Everton, o Deputado Flamarion Portela, quero também cumprimentar a Senadora, os colegas dos Sindicatos também, o Alan Kardec, e o meu amigo José Nilton lá do SINDPOL, doutor Aurisflan e os demais Sindicatos. Quero primeiramente agradecer o convite da Assembleia para, nesta oportunidade, estar falando um pouco sobre Previdência Social. Eu não vou me ater muito na questão ampla do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), e do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), e sim no RPPS, que é com o que nós trabalhamos e somos especialistas na área. Eu gostaria, primeiramente, de me apresentar, eu também sou servidor de carreira, sou servidor efetivo do Estado de Roraima desde dois mil e quatro, mas eu ingressei no IPERR, como servidor efetivo do IPERR, no primeiro Concurso de dois mil e doze e tomei posse em dois mil e treze. Nesse período aproveitei para me especializar em Previdência Social, específico em RPPS que é o Regime Próprio de Previdência Social, no qual só os servidores efetivos podem ser os segurados ou participantes e, também, em fianças públicas e investimentos também. Eu gostaria, primeiramente, de trazer notícias boas, falar um pouco sobre a questão previdenciária no Estado de Roraima, no IPERR. Hoje, muitos servidores não sabem, é preciso que seja até mais divulgado, hoje nós temos em investimentos no Mercado Financeiro, aproximadamente, dois bilhões e duzentos milhões

aplicados no Mercado Financeiro, por que nós temos a grata satisfação de falar isso? Porque o nosso sistema é capitalizado, ou seja, nós temos dois tipos de Regimes no Brasil de previdência, que é o regime capitalizado e o regime de repartição simples. O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é de repartição simples, ou seja, todo o arrecadado no ano serve para pagar os benefícios previdenciários lá do INSS, já o nosso não, é que nós temos um regime capitalizado do qual as contribuições são individualizadas, ou seja, os servidores contribuem para a previdência e esses valores das arrecadações são investidos no mercado financeiro e também com a rentabilidade desses recursos para que no futuro sejam pagos os benefícios previdenciários. Eu quero deixar bem claro que os benefícios previdenciários são apenas aposentadorias, pensão por morte, auxílio reclusão e auxílio-doença, outros benefícios que são considerados benefícios sociais não podem ser custeados com o dinheiro da previdência. Quero fazer uma cisão rápida quanto aos recursos da previdência do Estado de Roraima, que os servidores públicos contribuem, o RPPS, só podem ser utilizados para pagamentos de benefícios previdenciários. Eu gostaria de trazer os números também da última avaliação atuarial do IPERR, feita pelo Banco do Brasil do IPERR, o que é a avaliação atuarial? Essa avaliação vai demonstrar a arrecadação, qual o recurso que o IPERR tem e as obrigações futuras para pagamento de pensão por morte, das aposentadorias de todos os servidores do Estado, verifica como é o fluxo de caixa, o passivo que nós temos é a reserva matemática, ou seja, é aquilo que nós teremos que arcar, as despesas que nós teremos e é mostrada a receita. Quando nós temos uma despesa maior do que a receita, nós temos o déficit, quando nós temos um patrimônio que é compatível com a receita nós temos um equilíbrio atuarial, quando nós temos um patrimônio superior a reserva matemática, ou seja, as obrigações, nós temos o superávit, nós temos o cálculo do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário, o Fundo Financeiro já está com o déficit atuarial. Rapidamente, é isso. O Fundo Previdenciário já tem um equilíbrio financeiro atuarial. Eu queria falar que o Estado de Roraima está com o seu Fundo Previdenciário equilibrado, ou seja, as várias reformas Constitucionais que houve a partir de noventa e oito, com a Emenda Constitucional vinte, a Emenda Constitucional quarenta e um, a Emenda Constitucional quarenta e sete e a Emenda Constitucional setenta buscam o equilíbrio financeiro atuarial, o que é o equilíbrio financeiro atuarial? É que os RPPS tenham recursos suficientes para patrimônio, as receitas sejam equivalentes às despesas, ou seja, o que nós buscamos aqui no Estado de Roraima é que seja equivalente, o servidor nem pode contribuir mais nem pode contribuir menos, porque se ele contribuir a mais a gente tem que buscar o equilíbrio, quando você tem o patrimônio maior do que a receita, você está onerando o Estado e onerando os servidores, e não precisa. É por isso que é importante esse cálculo material, é importante frisar, porque, se nós temos esse equilíbrio financeiro e atuarial no nosso Fundo Previdenciário, é porque hoje nós temos uma proporção que é a de que a cada um servidor se aposentando nós temos vinte e oito contribuindo para o nosso Estado, diferentemente, do Rio Grande do Sul que é um vírgula dois servidores contribuindo para um recebendo, o nosso Estado de Roraima está muito bem na questão previdenciária, porque melhorou ainda mais a questão atuarial nossa. Os nossos investimentos, a partir de dois mil e quinze, só poderemos aplicar na nossa política de investimentos em fundos dos quais os gestores sejam bancos, nos quais o capital acionário seja do Governo Federal, seja público, Banco do Brasil e Caixa. Os investimentos quase que cem por cento, noventa e cinco por cento em títulos públicos do Governo Federal, ou seja, isso traz uma liquidez, uma solvência ao Sistema Previdenciário Estadual. Então, com isso, nós temos a garantia de que os nossos servidores públicos do Estado de Roraima terão seus benefícios previdenciários em um momento oportuno. Também quero destacar que, a partir de dois mil e quatorze, foram implementados, com a nova gestão do IPERR, e a partir de dois mil e quinze, com a aprovação também da Assembleia Legislativa, com o empenho do Deputado Flamarion Portela, Deputado Sampaio. Na época, Deputado Jorge Everton, foi aprovado, como teve investimento do IPERR que, antes de dois mil e quatorze, poderiam ser servidores comissionados, a partir de dois mil e quinze só pode ser membro do comitê de investimentos servidores de carreira, que são: um do Tribunal de Justiça, um do TCE (Tribunal de Contas do Estado), um do Ministério Público Estadual e três do IPERR. Todos os três do IPERR têm que ser servidores efetivos de carreira, isso trouxe mais segurança também para as aplicações do IPERR. A respeito da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dois oito sete, realmente nós entendemos que deve haver muitos ajustes, não têm sido demonstrados, com mais clareza, os números oficiais para toda a sociedade brasileira, tanto do RPPS quanto do RGPS, talvez para o melhor esclarecimento nós poderíamos demonstrar os números oficiais. Eu acredito que devem haver muitos ajustes, mas eu gostaria também de explicar alguns pontos que são muito importantes da PEC. O primeiro ponto que ela traz na PEC é a

responsabilidade previdenciária, assim como tem a Lei de Responsabilidade Fiscal ela traz também a Lei de Responsabilidade Previdenciária. O gestor, antes de aprovar algum Plano de Cargos e Salários, tem que fazer o impacto na Previdência. Nosso Estado de Roraima já faz esse impacto previdenciário, ou seja, quando nós temos servidores efetivos de carreira que se aposentam, por exemplo, professores, quando eles se aposentam a maioria tem a paridade, quando você aumenta o salário do servidor ativo automaticamente os servidores inativos têm também que ter um aumento na aposentadoria dele. Isso tem um impacto muito grande no nosso Sistema Previdenciário, alguns pontos são relevantes, com certeza, a PEC precisa de alguns ajustes porque chega a ser até desumano para a maioria dos trabalhadores. Eu quis falar, rapidamente, trazer essas boas notícias para os servidores do Estado de Roraima, e assim eu termino a minha fala. Muito obrigado pela oportunidade.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Senhor Lobato, logo em seguida, convido, para fazer o uso da palavra, pelo tempo de até dez minutos, o Senhor Kardec, Auditor Fiscal, fique à vontade para usar qualquer uma das Tribunas ou a Mesa.

O Senhor **Jackson Kardeck** – Bom dia, o tempo é curto, não é? Em nome do Deputado Soldado Sampaio, que solicitou a Audiência, eu cumprimento todos os Membros da Mesa, todas as demais entidades, movimentos Sociais, Associações e todos os trabalhadores brasileiros. Eu vou falar, aqui, tecnicamente, mas ao mesmo tempo, também como trabalhador e Auditor Fiscal do Estado de Roraima vinculado ao nosso SINFITER (Sindicato dos Fiscais de Tributo do Estado de Roraima), uma fala contrária também a PEC dois oitenta e sete. Eu quero deixar bem claro a todos os nossos Parlamentares e para a sociedade que o Governo Federal vem usando a desculpa de fazer ajuste fiscal, com esse ajuste fiscal que ele vem fazendo vem diminuindo o tamanho do Estado, atingindo diretamente todos os trabalhadores brasileiros, se nós não nos mobilizarmos, como trabalhadores, para combater essas ações do Governo Federal nós vamos perder uma série de direitos. A título exemplificativo, nós tivemos duas Emendas Constitucionais aprovadas agora em dezembro, foi publicada no dia dezesseis de dezembro do ano passado. Trabalhadores de alguns Estados se mobilizaram, nós aqui no Estado de Roraima fizemos pouca mobilização, mas, pasmem todos, porque o Governo aprovou uma Emenda Constitucional, número noventa e cinco, que retirou de todos os impostos das contribuições das taxas e das multas, aumentou a retirada, grande parte desse recurso, noventa por cento é da Seguridade Social. Essa Emenda Constitucional é a nossa última Emenda, que aumenta de vinte para trinta por cento a retirada de recursos do Sistema nosso que é a Seguridade Social. Isso foi aprovado, a Emenda já foi publicada, e ninguém falou nada, todos nós ficamos calados, ao mesmo tempo, também, o Governo aprovou a PEC dois, quatro, sente, que hoje é a Emenda Constitucional, número noventa e seis, está também publicada nessa mesma data. O grande objetivo, aqui, é não aceitar Emenda, o porquê eu vou citar neste exemplo: na PEC de renegociação das dívidas do Estado, os trabalhadores aceitaram Emenda que foi aprovada, e essa aprovação, hoje, veda a realização de Concurso Público, essa Emenda Constitucional veda a progressão para os servidores públicos, essa Emenda Constitucional veda também que haja reajuste para todos os trabalhadores brasileiros, principalmente, servidores, condicionados somente à inflação, que hoje quem mede isso é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Essa Emenda Constitucional já está em vigor. O Governo, não se contentando com isso, encaminhou para o Congresso Nacional a PEC dois, oitenta e sete de dois mil e dezesseis, ele quer uma justificativa de que tem que fazer ajuste fiscal, de que a previdência brasileira é deficitária. Ele está mentindo, o Governo Federal está com uma falácia, está atacando diretamente todos os Auditores do Brasil, conforme nós consultamos e está disponível no site do Governo Federal, no SIAFE (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), lá nós constatamos que a receita da Seguridade Social, nos últimos cinco anos, superou a trezentos bilhões de reais. A Seguridade Social não é deficitária. Quando o Governo Federal considera somente a receita dos empregados e dos empregadores, ele deixa fora dessa conta as receitas da Seguridade Social, receitas do COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), do PIS (Programa Integração Social), do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), receitas de contribuições das importações. Tanto é verdade, que ele aprovou uma PEC para retirar trinta por cento dessas receitas, está lá a Proposta de Emenda Constitucional. A previsão do Governo Federal é retirar até o fim do ano de dois mil e dezessete cento e quarenta bilhões de reais da Seguridade Social, o Governo Federal não apresenta esses dados, o Governo Federal está com uma Proposta, neste momento, que ele encaminhou para o Congresso Nacional, que foi retirada hoje da Emenda noventa e seis, onde ele quer aumentar a alíquota dos segurados de onze para quatorze por cento, está pautada no Congresso Nacional nesse momento a PLP (Projeto de Lei

Complementar) quatro mil, trezentos e dois, barra, nove, oito. Ele quer terceirizar o serviço público no Brasil. Percebam vocês, que a ideia do Governo é realmente, retirar direitos dos trabalhadores, porque na hora em que ele terceiriza, estará colocando todos os servidores públicos na mão de empresas detentoras de capital. O problema da PEC é que o Governo Federal ataca de forma feroz todos os trabalhadores. Para vocês terem uma ideia, a Proposta foi encaminhada no dia cinco de dezembro e o Governo Federal solicitou que a Proposta fosse aprovada até antes do Natal, ele não queria e não quer discutir com a sociedade, o que consta na Proposta hoje, e o encaminhamento foi assinado pelo Ministro da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Secretário Henrique Meireles que é do Mercado Financeiro, ele deixa bem claro que o que ele quer é terminar com a aposentadoria de todos os trabalhadores brasileiros. Esta Proposta, hoje, eu digo que é um crime de lesa-pátria contra todos os brasileiros, é um genocídio que ele está cometendo contra a população brasileira, ninguém mais vai conseguir se aposentar neste Brasil. Hoje, a Constituição Brasileira não estabelece idade mínima para aposentadoria, mas ele, pela primeira vez, está estabelecendo uma idade mínima. E a idade mínima para se aposentar com essa Proposta hoje é de sessenta e cinco anos de idade, o Governo alega que a população brasileira envelheceu e a taxa de natalidade diminuiu, mas compara o Brasil a países de “primeiro mundo”. É à Proposta mais radical de previdência já vista no mundo, o Brasil é comparado com o Japão, que tem uma expectativa de vida, hoje, de oitenta e quatro, vírgula dois anos e ele leva em consideração que a expectativa de vida do brasileiro, hoje, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é de setenta e quatro anos, mas ele não leva em consideração que a maior parte da população está concentrada no Sul e Sudeste, são aqueles trabalhadores da Região Norte e Nordeste, alguns nem chegam a sessenta e cinco anos. O primeiro ataque é a idade mínima de sessenta e cinco anos; o segundo ataque é estabelecer que hoje, para você se aposentar, você terá que contribuir por quarenta e nove anos. Para vocês terem uma ideia, para você ingressar no serviço público, hoje, a Constituição exige que você tenha, no mínimo, dezoito anos de idade, se você entrar com dezoito anos vai se aposentar com sessenta e sete anos de idade, com essa Proposta o Governo ataca diretamente todos os jovens, todos os estudantes brasileiros, ele não quer que esses jovens fiquem na sala de aula se qualificando, estudando para fomentar o desenvolvimento do país, ele quer que esse jovem vá para o mercado de trabalho. Isto é um outro ataque muito grande também da Previdência, há um outro ataque que a Proposta faz, e aqui eu queria deixar bem explícito, isso o Ministro da Fazenda deixou bem claro na Proposta, que os Policiais e os Professores dão prejuízo para a previdência. Olha só a fala de um Governante, ali ele disse que está acabando com a aposentadoria especial de Professores e Policiais, acabando com a aposentadoria de pessoas que têm uma atividade intensa de servidores que não terão condições de permanecer em sala de aula com setenta anos de idade; de Policiais de setenta anos de idade combatendo a criminalidade, isto é, ataca ferozmente todos aqueles servidores também que têm atividades de risco, quem são esses trabalhadores? São aqueles trabalhadores que trabalham em situações adversas, em atividades de risco, ele diz que esses também terão que contribuir por quarenta e nove anos e coloca uma ressalva: a idade poderá ser reduzida em dez anos e o tempo de contribuição poderá ser reduzido em cinco. Continua o tempo de quarenta e quatro anos, significa que esse servidor vai morrer trabalhando em uma situação, por exemplo, com raio x, imagina a exposição desse servidor. O Governo Federal não levou em consideração a contribuição, ele apenas levou em consideração a questão da renda, ou seja, o que ele quer, na verdade, é entregar o Sistema Previdenciário, o Sistema Contributivo, o seguro dos trabalhadores para os bancos. Hoje, para vocês terem uma ideia, o Ministério da Previdência foi extinto pelo Presidente atual que colocou o Ministério da Previdência dentro do Ministério da Fazenda como uma Secretaria executiva do qual o Ministro João Caetano é Conselheiro Fiscal do maior Plano de Previdência Privada do Brasil que é o BRASILPREV. Para encerrar, eu queria deixar dito também o ataque “feroz” que o Governo faz contra os trabalhadores rurais, aos pescadores artesanais, aos extrativistas. Esses trabalhadores, hoje, contribuem para a Seguridade Social com a venda da sua produção, o Governo quer, hoje, exigir nessa PEC que cada trabalhador desse contribua por, no mínimo, vinte e cinco anos. Se essa PEC for aprovada dessa forma, pela primeira vez neste Brasil nós vamos ter trabalhadores rurais, pescadores artesanais, idosos mendigando nos grandes centros e vamos ter um grande êxodo rural de mendigos nos grandes centros urbanos. Uma outra situação, que é um ataque também grande, são os benefícios de previdências para aquelas pessoas que têm renda de até um quarto do salário mínimo, são aqueles idosos da área urbana que hoje ficam rezando para completar sessenta e cinco anos para obterem a aposentadoria, o que é que o Governo Federal está fazendo com essa proposta? Ele está exigindo que esse benefício assistencial, em relação a esse idoso que não tem condições de se

manter, que a renda familiar dele, incluindo os benefícios sociais sejam integrados com relação à posição de renda de um terço do salário mínimo porque ele está elevando essa aposentadoria de sessenta e cinco para setenta anos de idade, ou seja, esse também nunca vai se aposentar porque dificilmente ele chega aos sessenta e cinco anos, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Kardec, pela fala esclarecedora. Quero desde já pedir desculpas antecipadas aos palestrantes, pois eu vou ter de ser um pouco chato em virtude do tempo. Nós temos toda uma lista de falas, e se nós nos alongarmos além do limite estabelecido iremos sair daqui às quatorze horas. Quero aqui anunciar com muito prazer o nome do Senador Telmário Mota que acaba de chegar e recebê-lo neste momento para compor a nossa Mesa. Por favor, Senador. Quero, neste momento, passar a palavra por cinco minutos à doutora Sarah Patrícia, representando aqui todas as mulheres do nosso Estado.

A **Senhora Doutora Sarah Patrícia** – Bom dia a todos, bom dia, Senhores Deputados, quero cumprimentar o Senador Telmário Motta, quero cumprimentar todos os representantes das entidades de classes, saudar especialmente as mulheres, em nome da Deputada Lenir Rodrigues, Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher desta Casa Legislativa. A Procuradoria foi criada em dois mil e doze com o objetivo de zelar pela participação mais efetiva das mulheres nos espaços do poder e na política. Acompanhar programas, receber denúncias e trabalhar no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, bem como, toda e qualquer forma de discriminação contra elas. Neste momento, primeiramente, quero agradecer o convite para que possamos estar aqui conversando, discutindo sobre essa matéria tão importante para o país, e que está sendo levada de maneira muito rápida à população sem quaisquer discussões sobre a temática com seus prejuízos. Em segundo lugar, eu gostaria de apresentar um vídeo, produzido pelo sindicato dos Auditores Fiscais. Eu estive vendo a Audiência que foi realizada sobre a PEC dois, oito, sete na Câmara Federal em Brasília, e este vídeo traz, de maneira simples, alguns números, aos quais devemos estar atentos. E como esse vídeo está nas redes sociais, eu acho que muita gente aqui já viu. Gostaria que os colegas dessem início a esse vídeo, que é rápido, o tempo é curto, (apresentação do vídeo). Bom, gente, essa é uma posição de uma legítima entidade representativa de classe que, com certeza, pode ser contraditada. Eu creio que não é o caso, que não é o nosso caso, porque todos nós, tanto homens quanto mulheres, estamos no afã de sermos condenados à pobreza absoluta diante dessa Proposta de Emenda à Constituição, número dois, oito, sete, chamada Reforma da Previdência, que de reforma não tem nada, quando a gente fala em Reforma a gente quer reformar para melhorar; quando você pensa em reforma da sua casa você quer pintar, você quer aumentar, tudo para melhorar. Esta reforma não é para melhorar, é para aniquilar os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. A Previdência Social foi estruturada pelos artigos um, nove, quatro e um, nove, cinco da Constituição Federal. Na verdade, ela vem na forma de um “guarda-chuva”, que se chama Seguridade Social, com três direitos básicos: a Previdência, a Saúde e a Assistência Social. Eu queria fazer uma analogia, como fez o Luiz Henrique Auditor Federal, ele faz uma analogia sobre essa questão da Previdência Social e a coloca como se fosse uma represa, uma barragem, e essa represa, essa barragem, que é a Previdência Social, recebe “rios” tributários. A represa também tem as suas saídas, existem os “rios” tributários que abastecem a represa, e como também existem as suas saídas. Contudo, não é de agora, desde mil novecentos e noventa e quatro, o Governo vem tirando da Previdência Social cerca de trinta por cento dos valores que ela recebe, obviamente, que isso causa o chamado déficit fiscal, contudo, existem algumas considerações que devem ser feitas em relação a isso. Temos que observar que os Governos, ao fazerem isso, estão indo de encontro ao que está preceituado em nossa Constituição, especificamente no tocante às receitas referidas no artigo um, nove, cinco; considerando também a questão da sonegação das grandes empresas que escravizam os trabalhadores e trabalhadoras em todo o país com essa sonegação. A Previdência, em relação a essa sonegação, hoje tem um déficit de trezentos bilhões que dificilmente serão pagos, porque as grandes empresas decretam a falência e não efetuam esse pagamento. Contudo, não só essa reforma vem a prejudicar toda a população brasileira como pode levar à extrema pobreza no país, contudo, não são só os trabalhadores, mas as trabalhadoras, que, principalmente, estão sendo prejudicadas diante dessa Proposta de Emenda à Constituição. As mulheres rurais e, mais ainda, as professoras, que têm tripla jornada de trabalho, que é desconhecida e não está sendo visualizada a condição da mulher por terem, muitas vezes, tripla jornada de trabalho. As professoras, principalmente, as que, só no período da manhã, chegam a ter cinco turmas, cada turma tinha cinquenta alunos, ou seja, ela chega a trabalhar com duzentos e cinquenta alunos pela manhã. Isso quando não tem o segundo turno à tarde, quando terão mais duzentos e cinquenta ou quinhentos. E o terceiro turno então, que é à noite.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Desculpe, eu peço à

palestrante que conclua o seu discurso, devido ao tempo já ter se expirado.

A Senhora Doutora **Sarah Patrícia** – Tudo bem, o tempo é curto, mas essa terceira jornada das professoras é quando levam para casa o seu Plano de Trabalho, que levam provas para corrigir em casa, ainda têm os afazeres domésticos, têm que cuidar da casa, do lar. Então, considerando que as professoras e as mulheres em geral trabalham em média mais que os homens, nós temos que acabar com o mito de que os homens trabalham mais do que as mulheres. Isso não em verdade, as mulheres trabalham muito mais do que os homens. Se vocês somarem as oito horas semanais que uma mulher trabalha a mais do que o homem transformar e multiplicarem isso por semanas, por meses, por anos, ao final vocês terão um resultado absurdo do trabalho que as mulheres fazem: no dia a dia ao longo de toda a sua vida. Essa PEC é totalmente um disparate e vem de encontro à luta das mulheres que nós temos todos os dias por igualdade. A Procuradoria Especial da Mulher desta Casa está lado a lado com a sociedade no enfrentamento à essa PEC, e nós estamos à disposição, muito obrigada a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Doutora, imediatamente passo a palavra ao professor Marcelo Nunes, representando o Instituto de Ciência e Tecnologia do nosso Estado, o tempo é de cinco minutos. Peço aos palestrantes que se atenham ao tempo em virtude que toda a composição das falas foi de comum acordo com a frente sindical e abrimos espaço para todos os segmentos e entidades, nós temos um tempo delimitado, até, pelo avançar da hora, com a palavra o professor Marcelo com o tempo de cinco minutos.

O Senhor **Marcelo Nunes** – Bom dia todos. Em função do tempo, eu vou abreviar os meus cumprimentos, quero parabenizar o Deputado Sampaio pela iniciativa, o Deputado consegue traduzir, através dos seus Projetos, da sua ação parlamentar, o sentimento de toda a classe trabalhadora. E, de modo especial, quero cumprimentar todos os trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes, reunidos, imbuídos de um sentimento comum que é o de colocar em discussão algo totalmente importante e preponderante neste momento, que é a PEC dois, oito, sete. Na verdade, não é uma reforma da previdência, e sim uma deformação de toda a seguridade social, essa implosão da previdência que está se aproximando nos preocupa bastante. Todos os exemplos que aqui já foram dados onde o trabalhador terá que contribuir por quase meio século e, também, devido a essa falta de distinção entre homens e mulheres, muitos com sessenta e cinco anos de idade nem estarão mais vivos, haja vista a expectativa de vida do brasileiro, especialmente, daquele homem ou mulher que trabalha no campo, enfim, toda essa fragilização da aposentadoria do trabalhador rural é um retrocesso, podemos dizer assim, às conquistas obtidas com o advento da Constituição Federal de oitenta e oito, e por que não dizer também da extinção da aposentadoria especial para professor. Eu, como professor, também vejo com muita preocupação todas essas questões, diante de todas essas discussões, cabe a nós, aqui, neste momento, tentar convocar e sensibilizar a nossa Bancada Federal para que, lá no Congresso Nacional, eles possam também fazer o que nós estamos fazendo aqui, “abrir a boca”, colocar em discussão e levar o sentimento do trabalhador brasileiro em discussão, algo que está totalmente esquecido, não podemos permitir que essa relação promiscua do Tesouro Nacional deixe no chinelo a previdência brasileira, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, professor Marcelo, já convidei o senhor Sílvio Rolter, aqui, representando toda a frente sindical e popular que está coordenando esse movimento, Sílvio, cinco minutos, por gentileza.

O Senhor **Sílvio Rolter** – Bom dia a todos e a todas aqui presentes neste momento tão importante na vida dos trabalhadores. Em nome da frente, eu saúdo a Mesa e todos aqui presentes, em especial, as mulheres pelo seu dia. Nós da frente, a partir do momento em que a Constituição Brasileira e o Governo, eleito legitimamente, sofreu um golpe, nós trabalhadores, através da frente, resolvemos juntar todos os Sindicatos, as Centrais Sindicais, isso em nível de Brasil. Roraima tem a sua frente, porque os Sindicatos estão presentes, as Centrais estão presentes, aqui, neste momento, tão importante nas nossas vidas e nas vidas de todos os brasileiros e dos futuros trabalhadores deste país. Essa frente é constituída por trinta e oito Sindicatos e Centrais Sindicais populares que fazem parte dela, para dizer aos representantes deste Legislativo e demais legislativos tanto Municipal, Estadual e Federal que ano que vem terá eleição, que esses trabalhadores aqui junto a outros trabalhadores do Brasil a fora estamos de olho naqueles que vão votar a favor dessa PEC. Infelizmente, os representantes não estão aqui presentes para ouvir a classe trabalhadora que está dizendo “não” à PEC, fora! Essa PEC. Nós não queremos a aplicação de Emenda nessa PEC, nós exigimos que essa PEC seja retirada. E, como já foi dito aqui, reforma se faz para melhorar, a vida do povo brasileiro, nós que contribuimos com o nosso salário, com o nosso trabalho merecemos respeito, como também toda a classe trabalhadora. O recado está dado. Nós,

além disso, queremos agradecer mais uma vez a todos os presentes, vamos manter essa unidade, porque só com o povo na rua é que “bota medo” nos governantes, e nós estamos aqui para dar o nosso recado. Ano que vem terá eleição, estamos de olho, vamos fazer o que está fazendo o restante do Brasil, vamos colocar quem é a favor e quem é contra nos Outdoors deste Estado para dizer quem é que está do lado do trabalhador, obrigado. Vamos à luta, companheiros.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Sílvio, convido a fazer uso da palavra a representante da Central dos Trabalhadores, Senhora Maria Alves, com o tempo de até cinco minutos.

A Senhora **Maria Alves** – Bom dia a todas as companheiras aqui presentes. Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a Mesa, parabenizando o Deputado Sampaio por ter essa iniciativa junto com a CUT e a Federação dos Trabalhadores Rurais, fazendo esta Audiência Pública para que nós tenhamos um esclarecimento melhor do que é essa PEC da “morte”, a PEC da “morte”, para nós trabalhadoras rurais, é o fim porque nós não vamos poder mais nos aposentar, é como o rapaz da Receita Federal falou: nós estamos projetados à “morte” principalmente nós mulheres, porque nós não vamos mais nos aposentarmos, companheiras, se nós não formos para as ruas lutar e gritar pelos nossos direitos nós vamos perder a aposentadoria que, por muitos anos, nós lutamos por esse direito que nós conquistamos na rua, com a Marcha das Margaridas, com manifestações, com marcha mundial das mulheres, a gente foi para a rua, lutar, gritar pelos nossos direitos, mas hoje nós estamos vendo que esse direito conquistado ao longo do tempo está sendo engolido por um presidente golpista que não foi eleito, nós sabemos que ele não foi eleito, ele tomou o direito de uma mulher que foi eleita pelo povo do Brasil, e por isso que queremos barrar a PEC, e vamos barrar, lutando na rua, dizendo quais são os nossos direitos, brigando por eles. Quero aqui fechar dizendo para todas as mulheres: juntas somos todas fortes, a luta das mulheres é todo dia, não é só hoje, não é só amanhã, é todos os dias, cada informação, companheiras, que nós temos, dá mais força para nós lutarmos pelos nossos direitos e barrar a PEC, porque essa PEC não pode continuar. Para o dia da votação dessa PEC, eu convido, como CUT, Federação dos Trabalhadores Rurais, todos os trabalhadores, todas as trabalhadoras para fecharmos o aeroporto para que os Deputados do Estado de Roraima não possam ir para lá votar contra os trabalhadores. A Federação encaminhou documentos a cada um deles, hoje, dizendo aqui qual a posição que eles têm contra a PEC, convidamos também todos os Senadores para estarem conosco, hoje, aqui, mas só está aqui presente o Senador Telmário Motta, vamos ver o que ele tem a dizer para nós referente à PEC, porque precisamos, sim, do apoio e do voto para dizerem sim aos trabalhadores. Aquele Deputado que votar a favor da PEC estará contra nós, contra os trabalhadores. Em dois mil e dezoito, nós vamos dar a resposta para eles. É essa a posição da CUT, é essa a posição da FETRAFER, nós iremos às ruas, porque nós sabemos quais são os Municípios, quais são os locais onde eles tiveram mais votos, nós temos toda a lista na mão e vamos para a rua dizendo “não” a eles, dizer a eles que nós somos fortes juntos, e quem os elege é para estarem hoje na posição que eles estão são os trabalhadores, somos nós, não é a elite que os coloca lá, são os trabalhadores, do mais pobre da mais pobre vicinal, do professor que ganha o menor salário que elegem essa turma que está aí votando a favor da PEC e contra os trabalhadores, muito obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, representante da CUT, senhora Maria Alves, convido imediatamente para fazer o uso da palavra a senhora Lucinalda dos Santos Coelho representando a CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) com o tempo de até cinco minutos.

A Senhora **Lucinalda dos Santos Coelho** – Bom dia, em nome da CTB nacional, em nome da CTB de Roraima queremos agradecer a presença de cada um porque nós sabemos como é difícil organizar as trabalhadoras para estarem no movimento desses, em um dia de semana. Nós CTB Roraima não aceitamos nem um direito a menos, não existe reforma, existe o fim da Previdência, nós não iremos aceitar, vamos às ruas. A nossa CTB está desde o ano passado chamando a população para debater, para discutir essa situação, porque é o fim, que nós mulheres seremos as mais prejudicadas, estamos “herdando”, recebendo de “presente” mais dez anos de trabalho, nós mulheres somos a maioria do Magistério, o que irá acontecer conosco? Estamos recebendo mais vinte e quatro anos de trabalho, nós que somos responsabilizadas todos os dias pelas mazelas que acontecem na sociedade, por isso nós mulheres iremos dizer “não” contra esta PEC. E, ao mesmo tempo, como CTB Roraima, que defendemos os trabalhadores rurais, não aceitamos que o trabalhador e a trabalhadora rural, que começam os trabalhos a partir de seis, sete ou oito anos para fazerem os trabalhos laborais e penosos desde a sua infância para, mais tarde, selhes negado o direito a esse benefício. Sabemos, pois, que existe esse direito e temos, sim, uma Previdência que suporta e garante esse direito e ao mesmo tempo nós, SITRAM, servidores Municipais de Boa Vista,

temos a certeza que o PRECEM, que é o nosso Regimento Jurídico, nos garante os nossos benefícios, é bem claro, até dois e oitenta e nove; nós temos o seguro garantido, o superávit. Nós, como CTB nacional, além de dizer não à PEC, temos propostas para barrar e ao mesmo tempo melhorar a Previdência, como podemos melhorar isso? As propostas da CTB são: fim das desonerações fiscais, fim das isenções às entidades filantrópicas, tributação do Agronegócio, combate às fraudes e sonegação, formalização do trabalho e combate a formalização, transparência e fiscalização do uso dos recursos, criação de refs para cobranças dos trezentos e setenta milhões de dívidas ativas recuperadas com a Previdência Social, muito obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado à Presidente da CTB, quero convidar para fazer o uso da palavra, representando a CONLUTAS CSP, a Senhora Vânia Lesan.

A Senhora **Vânia Lesan** – Bom dia a todos da Mesa, a todos os representantes de Centrais e Sindicatos da Frente Sindical Popular e de lutas contra a PEC dois, oito, sete, ao povo aqui presente e aos que nos assistem pela TV Assembleia, sou a professora Vânia Lesan, Presidente do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Roraima, SESDUFE ligada à central Sindical e popular CSP com lutas, estou aqui representando a nossa central. Eu gostaria de iniciar resgatando um pouco o passado, porque é assim que a gente pode planejar o futuro, eu queria voltar cem anos atrás, para junho e julho do ano de mil novecentos e dezessete, quando o país tinha saído há poucos anos de um sistema, cuja força produtiva era escrava, recebeu imigrantes europeus, asiáticos, que vieram com o sonho de ter trabalho, de ter salários dignos. Chegaram aqui e encontraram um país que tinha a mentalidade que até hoje tem, uma mentalidade escravocrata, encontraram essa condição e fizeram a primeira greve geral deste país com trabalhadores, comitês de bairro, colocaram setenta mil pessoas nas ruas de São Paulo, pararam por três dias a Cidade de São Paulo, governada pelo Comitê de Defesa Proletária, essas pessoas lutavam contra a carestia de vida, porque eles não tinham dinheiro, as crianças tinham que trabalhar para sustentar a família toda. Lutavam por uma jornada de oito horas de trabalho, lutavam para a abolição do trabalho infantil. Eu vou pular quase meio século e vou chegar na década de oitenta, alguns aqui devem se lembrar que a gente passou por cruzeiro novo, antigo, cruzado e etc... quando a gente tinha juros de dívida, tinha o FMI. Então fizemos de novo uma greve, colocando três milhões de pessoas em mil novecentos e oitenta e três. Chego aos dias de hoje, o que nós temos hoje? Temos uma Emenda Constitucional noventa e cinco que congela, por vinte anos, o investimento do Governo em educação, saúde, moradia, benefícios sociais e infraestrutura. Nós temos o PL quatro mil trezentos e trinta que prevê que o negociado vai prevalecer sobre o legislado, vai chegar e falar: seu José, o senhor tem que trabalhar mais de oito horas, nós não vamos poder pagar, nós não vamos poder pagar o seu décimo terceiro salário, afinal, o senhor trabalha apenas doze meses por ano. Então ou o senhor aceita ou a gente vai chamar o seu Mário, porque a fila está grande de desempregados. Então, esse PL que está tramitando faz com que o negociado prevaleça sobre a nossa legislação. Hoje, nós temos quarenta e dois por cento de Gasto Federal com a Dívida Pública. Em mil novecentos e noventa e cinco foi suspenso o pagamento dos impostos sobre lucros e dividendos. O Brasil e a Estônia são os únicos países do mundo, onde não se tributa lucros e dividendos. Isso é um absurdo. Nós temos setenta e uma mil pessoas, o que corresponde a zero, vírgula, zero, cinco por cento da população com quatro, vírgula, um bilhão de reais em dois mil e treze, esse é um dado da ONU. Foi dado este ano que, menos de dez por cento de pessoas no mundo e no Brasil, também, têm a mesma riqueza que metade da população mais pobre. Os “super-ricos” pagam cada vez menos impostos, não se cobra impostos sobre grandes fortunas, chegando na Previdência nós temos várias empresas e vários Governos devedores, temos “super salários” e aposentadorias dos Parlamentares, mas qual é a opção do Governo? É fazer com que a Dona Maria tenha que escolher se ela vai receber os mil e quinhentos reais da sua pensão ou os dois mil reais da sua aposentadoria, porque ela não vai poder ter a “fortuna” de três mil e quinhentos reais para sustentar a família. Ela tem que escolher metade, enquanto têm Deputados e Senadores que ganham cem mil reais com os dois. A gente vai ter a população rural, tendo que contribuir por vinte e cinco anos para poder ter direito à aposentadoria, sendo que ele nem sabe, muitas vezes, o que é INSS (Instituto de Seguridade Social). Nós vamos ter de ter contribuição por quarenta e nove anos para receber cem por cento da aposentadoria, mas não é só isso que o Governo quer. Na verdade, o objetivo central do Governo é vender fundos de Previdência Privada, é isso que eles querem. A FUNPRESP foi criada em dois mil e doze para isso, para vender fundo de Previdência Privada. Eles querem que os trabalhadores trabalhem mais e, em uma esquizofrenia, ele diga assim: eu preciso trabalhar mais porque as ações das empresas precisam lucrar mais para eu ter direito à minha aposentadoria. Ele próprio vai dar a “chibatada” para trabalhar mais para que o lucro aumente, para que a ação aumente, para que ele possa

receber a aposentadoria. Isso é um absurdo, é essa sociedade que a gente quer? As pessoas adoentadas? Zumbis? Trabalhando cada vez mais para receber cada vez menos? Não, a CSP CONLUTAS, a Central Sindical e Popular entende que a hora é agora, é a hora da unidade, essa frente é um símbolo disso e a gente precisa dizer não a essa PEC, e rumo à greve geral, obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, professora Vânia, representando aqui a CONLUTAS CSP, convido, neste momento, o Senhor Francisco das Chagas, representando aqui a FETRAFERR (Federação da Agricultura Familiar) como o tempo de até cinco minutos.

O Senhor **Francisco das Chagas** – Bom dia a todos e a todas, quero agradecer a Deus, em primeiro lugar, por nós estarmos aqui, por termos força e fé para debater e discutir este assunto que, na atual conjuntura do Governo Federal, está prejudicando todos os trabalhadores brasileiros. Quero parabenizar aqui a direção da Assembleia Legislativa que nos cedeu este espaço para realizar esta Audiência, parabenizar também as mulheres que são as nossas “guerreiras”, mulheres lindas e maravilhosas do nosso país. Companheiros, a companheira Maria Alves falou que eram para estar presentes aqui os oito Deputados Estaduais e os três Senadores, aqui está o documento que eu entreguei, pessoalmente, está aqui, “ao vivo e a cores”. Eu gosto de “matar a cobra” e mostrar a cobra mesmo, e não o pau, não, por que eles não estão aqui? Porque não têm compromisso com o povo de Roraima, companheiros, quando o Governo Federal diz que a aposentadoria para os menos favorecidos é despesa, é mentira dele, é investimento, todo o recurso daquele aposentado fica aqui mesmo no Brasil, não tem nenhum centavo dos aposentados na Lava-Jato, vocês viram? Não viram o que vem lá da Lava Jato é só dos “colarinhos brancos”, dos aposentados não tem, dos aposentados cinquenta por cento é remédio que eles compram na farmácia. Então, volta aquele recurso para o Governo Federal, e os outros cinquenta por cento são impostos, como o cara vai para a televisão dizer que a Previdência era quebrada porque os trabalhadores a quebraram. Hoje, estou representando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura e dos Agricultores do Estado de Roraima, a FETRAFERR, sou Secretário de formação e organização sindical, essa Federação trabalha com os quinze Municípios do Estado de Roraima que tem na Presidência a companheira Maria Alves, uma guerreira, tenho prazer de trabalhar com mulher, é tão bom, quem não gosta, companheiros. Nós vamos sair “detonados” em todos os Municípios, eu não quero nem saber, o Deputado que não der a “cara à tapa” se não justificar, ele será bombardeado, não quero nem saber, não me interessa quem é “A” quem é “B”, porque ele vai ter que ter um compromisso, ele vai votar contra ou a favor? Tem que sair de cima do muro, que Parlamentar é esse que não se define? Era só isso que eu queria dizer, o meu tempo é curto, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Enquanto o Deputado Soldado Sampaio não volta, nós convidamos o representante do segmento da saúde, o senhor Melquizedeque da Silva Menezes, também, pelo prazo de cinco minutos para a sua manifestação.

O Senhor **Melquizedeque da Silva Menezes** – Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por este momento especial; em segundo, quero agradecer a esta Casa, na pessoa do Deputado Sampaio, que intermediou essa Frente Sindical Popular de luta de Roraima. Uma salva de palmas para vocês e todos os trabalhadores roraimenses que aqui estão sendo representados. Meu nome é Melquizedeque Menezes, sou Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Roraima, filiado à CUT e à CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social). E, com essa responsabilidade de representar o segmento de saúde, nós estamos falando de algo que é importante para todo o trabalhador brasileiro. Falaram há pouco de seguridade social, e o vídeo nos mostrara três apoios: o primeiro é a Previdência, o segundo é a saúde e o terceiro é a Assistência Social. As Centrais relataram a respeito do adocimento, e nós, do segmento de saúde, estamos aqui representando, porque isso é uma mazela, e mazela chama-se doença, o trabalhador doente não produz, ele não tem como estar no seu setor de trabalho, no seu ambiente familiar trazendo algo que é produtivo à sua família, que é produtivo a este país de dimensão continental. É, pois, diante desta situação, nós estamos aqui falando para toda a sociedade roraimense, para o Brasil e para o mundo, porque hoje as redes sociais estão expandindo e rompendo fronteiras, nós não compactuamos com essa Reforma da Previdência, isso não é Reforma da Previdência, e sim o fim da aposentadoria do trabalhador brasileiro: A saúde vem “capengando” a cada dia neste país, no Estado de Roraima a coisa não é diferente. Nós estamos aqui com o compromisso de lutar, de colocar todas as disponibilidades, todas as nossas lutas. Hoje, nós estamos aqui dizendo que não aceitamos essa Reforma da maneira que está, não aceitamos Emendas, porque Emendas só vão prejudicar, nós estamos à mercê de um sucateamento do Sistema Único de Saúde deste país que é o melhor Plano de Saúde para o cidadão

brasileiro. Quero saudar o SUS (Sistema Único de Saúde) porque o SUS é o Sistema Único de Saúde que precisa ter, a cada dia, o do investimento que os parlamentares, o investimento que o Governo Federal faz quando ele não tira, como foi colocado agora no vídeo, no qual os profissionais, os fiscais fizeram, se vocês repararem, e eu vou ratificar aqui, em dois mil e quinze foram tirados sessenta e seis bilhões de reais dos nossos impostos, da nossa saúde, da nossa Previdência, da nossa Assistência. Estamos, senhoras e senhores, aqui, diante de parlamentares que representam o nosso Estado, que têm a sua Bancada Federal, Estadual, que peçam aos seus representantes, às suas Bancadas um “não” à PEC dois, oito, sete, a PEC da morte, é o fim da aposentadoria para o trabalhador brasileiro. Peço, aqui, uma salva de palmas para vocês que são especiais, que Deus abençoe a todos e vamos dar continuidade a essa importante Audiência Pública desrespeito à discussão da Reforma Trabalhista, que é iminente que nós estamos nesse levante, obrigado a todos. O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Melquizedeque, representando o segmento da saúde, convido aqui, representando os trabalhadores da Segurança Pública, o senhor Amônio Carlos com o tempo de até cinco minutos, por gentileza, fique à vontade, senhor Antônio Carlos.

O Senhor **Antônio Carlos** – Primeiramente, bom dia a todos, bom dia a toda a Mesa, eu sou o Policial Rodoviário Federal Nicoleti, eu represento o Sindicato da Polícia Rodoviária Federal aqui no Estado de Roraima, pois bem, falando aqui para os senhores que nós não apoiamos Emendas, nós queremos sim é o fim da Reforma da Previdência e que seja instaurada, realmente, uma CPI para que a gente possa identificar os erros na Previdência, mas de cada categoria e fazer o que o governo não fez, após a CPI e identificados esses erros, que chame cada categoria para conversar e, assim, fazer os ajustes necessários com relação à segurança pública. Eu aqui não falo somente dos órgãos elencados no artigo um, quatro, quatro da Constituição Federal, sejam eles Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro Militar. Eu falo em nome de todo órgão que trabalha em nome da sociedade, da segurança das pessoas, seja na estrada, na cidade, em uma rodovia, eu estou aqui representando aquele funcionário do Tribunal de Justiça que está ali garantindo a segurança do pessoal do judiciário, do Detran, Departamento de Trânsito, Guarda Municipal, SMTRAN, o que atinge mais a segurança pública? Eu vou falar de forma genérica aqui, o agente de segurança, o agente de segurança não tem condições de trabalhar até os sessenta e cinco anos de idade, todos aqui sabem que nós precisamos de rigidez física e mental, um Policial hoje em dia trabalha até os cinquenta anos de idade com um certo vigor físico, a partir daí, não temos condições de proporcionar segurança adequada à sociedade. O policial vai adocendo, o Policial fica vinte e quatro horas por dia com um colete balístico, pesando oito quilos, fora os acessórios que ele carrega. O Policial passa noites em claro garantindo a segurança da sociedade. Nós vemos que muitos Policiais são acometidos por doenças, doenças como depressão, desgaste físico e mental, isso faz com que muitos policiais busquem a ingestão de bebidas alcoólicas, embriagues e chegam até ao suicídio. Economicamente falando, para o Governo isso é inviável, ele vai ter de aumentar as vagas, números de Policiais, vai ter que readequar esse Policial em outro cargo, vai ter de aumentar os Planos de Saúde, isso é inviável, é um tiro no pé do Governo; falo aqui também com relação à expectativa de vida do brasileiro, a população, em geral, tem uma expectativa de vida de setenta e cinco anos, mas essa categoria é diferenciada, essa categoria tem uma expectativa de vida que não passa dos cinquenta e oito anos de idade, já temos estudos comprovados, várias federações dos agentes de segurança pública já fizeram com a FGV (Fundação Getúlio Vargas); um levantamento. Então, em um raciocínio lógico básico, aqui, todos os senhores não precisam ser matemáticos, se o camarada vai ficar até os cinquenta e oito anos de vida e a aposentadoria dele vai ser sessenta e cinco, o que ele vai aproveitar? Ele não vai aproveitar, ele vai passar a vida toda dele dando segurança para a sociedade, contribuindo para a previdência e não vai aproveitar essa Previdência tão sonhada por ele e o descanso merecido. E, com relação a um depoimento de um Deputado Federal lá do Rio Grande do Sul, eu faço um repúdio às suas palavras em entrevista, o Deputado Federal Darcísio Perondi do Rio Grande do Sul falou em entrevista que não seria admissível que uma Policial militar contribuisse com apenas vinte e cinco anos e aos quarenta e cinco anos ela já estaria aposentada. Segundo ele, ela estaria passando trinta anos gastando o dinheiro público. Então, dos quarenta e cinco aos setenta e cinco, ela estaria desfrutando muito tempo da sua vida para aposentadoria. Ele foi muito infeliz nessas palavras e eu deixo aqui o meu repúdio. Um outro fator importante a se ressaltar é a morte dos policiais, morrem aqui no Brasil cerca de quinhentos policiais ao ano, é um número assustador. Eles não morrem só em confronto do dia a dia, o policial é vinte e quatro horas policial, a sociedade cobra isso do policial na hora de folga, a legislação obriga o policial a atuar quando

ele vê um crime. Então, senhores, o policial fica exposto a alto risco de vida, constantemente. A Lei e a sociedade o obrigam a isso. Nos Estados Unidos, morrem seis vezes menos policiais, lá a idade para se aposentar é de sessenta e cinco anos de idade, porém a contribuição, cada Estado lá é independente para legislar sobre o assunto. E, em uma média geral, com vinte anos de contribuição, o policial se aposenta; na França também não tem limite de idade para policiais, com vinte e sete anos de contribuição ele já está aposentado, e aqui no Brasil? Não ganhamos nada. Eu não poderia deixar de dar, como todo mundo falou, os parabéns a todas as mulheres guerreiras, ainda mais às agentes de Segurança Pública, é uma tripla jornada que essas agentes enfrentam, é um retrocesso social político e econômico. A mulher vem lutando há anos, assim como a colega falou, vem lutando há anos por direitos e conseguiu na Constituição Federal diminuir em cinco anos a aposentadoria, as agentes de trânsito, só em dois mil e quatorze, conseguiram com a legislação esses cinco anos a menos. E agora, em dois mil e dezessete, o Governo quer acabar com isso. Parabéns a todas, não só pelas mulheres, mas pelas mães, pelas avós, parabéns todos os dias a essas mulheres que são guerreiras. Por fim, eu quero que todos saiam daqui com essa peculiaridade da segurança pública, como dois motivos para votar contra a reforma: a expectativa de vida do policial que é de cinquenta e oito anos e também o alto risco de vida que ele corre no dia a dia, bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, senhor Carlos Nicoletti, representando aqui os trabalhadores de segurança pública, convidado, representando o segmento da educação, a senhora professora Isabela Torres, a senhora tem o tempo de cinco minutos, fique à vontade.

A Senhora **Isabela Torres** – Bom dia a todos, eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar os trabalhadores aqui presentes, esta Casa não tem sentido sem a presença do povo e dos trabalhadores. Em nome do SINASEF que é o Sindicato do qual, hoje, eu faço parte da presidência, talvez eu esteja hoje, representando dentro do movimento Sindical, como uma das pessoas mais jovens e também mulher, o que causou espanto, quando eu cheguei hoje aqui pela manhã perguntaram-me se eu era Presidente. É muito comum que isso aconteça, mas para mim é um privilégio estar falando aqui pelo setor da educação, eu venho de uma família onde a maioria são mulheres e professoras, estudei minha vida toda na educação pública, venho de Brasília, estou aqui no Estado há pouco tempo. Iniciei a minha carreira, como professora, na Secretaria de Educação em Brasília. Hoje, desde dois mil e quinze, dentro do Serviço Público Federal, estou no Instituto Federal de Roraima, onde exerço a função de técnica, mas somos todos trabalhadores da educação. Bom, os efeitos da PEC dois, oito, sete na educação é, principalmente, no que se refere à perda da aposentadoria especial, hoje, nós temos um perfil dos trabalhadores em educação onde são majoritariamente mulheres e nós sabemos de todos os problemas inerentes às condições de trabalho desse profissional. Nós sabemos que o número de profissionais que adoece hoje dentro da categoria da educação é um dos mais altos. Então, realmente, a PEC dois, oito, sete é um Projeto que vem para detonar ainda mais com a educação, nós estamos, nos últimos anos, aqui em Roraima, lutando contra vários ataques do Governo, e não só do Governo que agora está, mas nós sabemos que a Reforma da Previdência começou antes, como a professora Vânia colocou aqui, em dois mil e treze já nós temos um novo Sistema de Previdência, onde eu me incluo. Então, eu não mais terei direito à aposentadoria integral, assim como vários colegas que ingressaram a partir de dois mil e treze. Esse é um processo que já vem acontecendo desde o Governo da Ex-Presidente Dilma, não só do Governo Temer, mas o que eu gostaria de deixar dito aqui para vocês é a importância, obviamente, de um diálogo, que é o que está acontecendo aqui hoje, porque a Audiência Pública tem uma finalidade que é a de tentarmos esclarecer um pouco mais sobre o que é a PEC dois, oito, sete, mas ela não pode terminar aqui. Sabemos, que pelos movimentos sociais e movimentos sindicais, que não há uma outra alternativa para barrar a PEC dois, oito, sete se não a Constituição de uma greve geral neste país, a greve geral é a única forma de a gente conseguir derrubar a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e tentar garantir todos os direitos que foram historicamente conquistados por mulheres, homens e trabalhadores deste país. Pessoal, fica aqui o meu pedido para que todas as Centrais Sindicais, todos os Sindicatos façam Assembleias de Base, nós precisamos constituir uma grande paralisação no dia quinze de março, que é um dia nacional, todos os trabalhadores precisam paralisar as suas atividades, não há mais tempo para discussão, nós precisamos paralisar este país, nessa semana. Para aumentar o meu espírito de luta, nós tivemos uma ótima notícia de uma greve geral com milhares de pessoas nas ruas da Argentina, nós precisamos seguir esses exemplos, pessoal, nós precisamos ir às ruas e mostrar a força da unidade dos trabalhadores, muito obrigada e um bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, professora Isabela, eu convidado, de imediato, representando aqui o segmento dos

militares estaduais, o Policial Militar Jocenildo para fazer o uso da palavra com o tempo de até cinco minutos.

O Senhor **Jocenildo** – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria, neste momento, de cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Estadual Soldado Sampaio, parabenizando-o pela iniciativa e por atender à solicitação das categorias, cumprimento também a todos os presentes, em nome da Soldado Quésia Mendonça, que é a Coordenadora Geral da nossa Associação dos Policiais e Bombeiros Militares, que está há seis anos conduzindo muito bem a nossa associação, para a qual eu solicito uma salva de palmas em razão da semana da mulher. Quero também cumprimentar os telespectadores da TV Assembleia. Bem, de tudo que já foi falado aqui, nós ficamos por último, praticamente, apenas para arrematar a fala da Segurança Pública. O companheiro ali da PRF (Polícia Rodoviária Federal) falou muito bem sobre as mazelas pelas quais nós passamos. Aqui, em Roraima, eu considero que sejam dobradas essas mazelas, nós, para conhecimentos de todos, eu acho que alguns não sabem, que o primeiro policial estadual ingressou na Polícia Militar, bem como no Corpo de Bombeiros, que na época era orgânico à Polícia Militar, em dezenove de abril do ano dois mil. E, de lá para cá, nós sofremos, o Deputado Sampaio lembra muito bem das lutas, quando ele era Diretor - Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros por dois mandatos, enfrentou, inclusive, liderou o movimento reivindicatório de dois mil e nove, que, na época, nem o Estatuto nós tínhamos, porque fizeram ao contrário conosco, primeiro fizeram o nosso Concurso Público e nós ingressamos, e depois ficamos de “correr” atrás das legislações. Nossa culpa? Não, foi culpa dos gestores, culpa do Estado. Então, ainda hoje nós corremos por que, dessas legislações, como falei, que aqui em Roraima, nós policiais e bombeiros estamos, Deputado Brito Bezerra, líder do Governo, sendo penalizados duplamente? Porque os senhores da sociedade civil, das categorias civis, estão lutando para não perder direitos, estão organizando aqui para o dia quinze de março na Praça do Centro Cívico, uma greve geral, em que eu vislumbro, mais uma vez, escala de serviço para a Polícia Militar e para os Bombeiros, quero dizer, terá lá, no mínimo, um pelotão de choque para defender os interesses do Estado e o patrimônio público, não será para dar “borrachada” nos senhores, não. Nós estaremos lá cumprindo o nosso dever constitucional, infelizmente, mesmo que nesta situação, estaremos lá solidários com os senhores. E, aí, nessa ocasião, eu aproveito para lembrar aqui, Deputado Flamarion Portela, Deputado Evangelista Siqueira, com os quais eu tive a oportunidade de conversar um a um, também com o Deputado Jorge Everton, conversar com um a um. Infelizmente, o Deputado Coronel Chagas não está aqui presente, para lembrá-los da situação, que nós passamos em relação à legislação, nós não temos legislação previdenciária dos militares estaduais, lamentavelmente, desde dezenove de abril do ano dois mil, quando ingressou o primeiro militar estadual nas fileiras da Polícia Militar e, posteriormente, do Bombeiro a partir de dois mil com o desmembramento, nós não temos legislação em previdência. Viemos a ter um estatuto, lamentavelmente, um Estatuto aprovado a “toque de caixa”, da noite para o dia pelo Governo passado, nós temos um Estatuto desde dois mil e doze, onde também estamos lutando para reformulá-lo para reformar esse Estatuto, tão novo e já necessitando de reparos, tivemos a nossa Lei de subsídio em dois mil e quatorze, o nosso Código de Ética disciplinar também em dois mil e quatorze. E, aí “marcando passo” nos órgãos do Estado, já passou pela PROGE, deve estar agora pela SEPLAN, não sei mais onde. O Doutor Lobato, não sei se ainda se encontra por aqui, ele foi Presidente da Comissão que nós estivemos à frente juntos, indicados pela Associação, por mais de um ano, desde junho de dois mil e quinze até o mês de setembro de dois mil e dezesseis, nós estivemos trabalhando em uma Minuta do anteprojeto de Lei Previdenciária. Em setembro, o Deputado Sampaio deve estar lembrado, em setembro de dois mil e dezesseis tivemos uma solenidade no Comando - Geral do Corpo de Bombeiros para a entrega do Anteprojeto pelas Comissões, tanto à Comissão da Lei da Previdência como à Comissão da Reformulação do Estatuto, e, até hoje, já estamos, praticamente, com seis meses, já vai completar “aniversário” daqui a uns dias, o “aniversário” de um ano desse Projeto de Lei e nada de chegar aqui na Assembleia. Então, a nossa maior reivindicação não é nem o medo de perder direitos, porque a gente não os tem, não há legislação, o que tem é o que está escrito no nosso Estatuto, o pouco que está escrito, porque esse Estatuto teve treze vetos em dois mil e doze, é o que tem na própria Constituição, aí alguns devem estar pensando: esse militar aí está “chorando à toa” porque os militares não estão na Reforma da Previdência, o que eles querem estar falando aí se eles não estão nessa Reforma? É o que alguns devem estar pensando, Deputado Sampaio, inclusive, era o que estava pensando o Doutor Lobato, o nosso Assessor Jurídico do IPERR (Instituto de Previdência do Estado de Roraima), ele estava pensando isso também, que nós militares estaduais não estamos inseridos na Reforma da Previdência, lamentavelmente nós estamos inseridos, Doutor Kardec, que

muito bem explanou sobre a questão técnica fiscal. A Proposta de Emenda Constitucional foi retificada no dia seguinte ao ser enviada pelo Congresso, ela foi retificada no dia sete, ela foi enviada no dia seis e retificada no dia sete. Só para concluir, Deputado Sampaio. Eu acho que é um dos únicos momentos que os militares têm direito à vez e voz, porque, como eu falei, no dia quinze nós estaremos de serviço lá, enquanto os senhores estarão protestando, nós fomos inseridos, ou esqueceram de retirar, a partir dessa retificação, esqueceram de retirar os militares estaduais, pelo menos, em cinco dispositivos, dois do Artigo quarenta, que está sendo alterado por essa “PEC da morte”, e três dispositivos no Artigo duzentos e um, lá tem remissões sim ao Artigo quarenta e dois, para quem não sabe o Artigo quarenta e dois trata dos militares Estaduais, Policiais e Bombeiros na Constituição Federal. Então, essas cinco remissões, para quem não é da área do direito, nada mais é do que referenciar, citação ao Artigo quarenta e dois, ou seja, o exemplo dessas remissões é com relação à média das contribuições, porque no nosso Projeto, que foi construído de forma democrática por essa Comissão e está em tramitação, como eu falei, a gente está buscando a integralidade e a paridade, nada mais é do que um direito dos militares com categorias especiais, como bem falou o companheiro da Polícia Rodoviária, essa PEC vem acabando com isso nessas remissões, que faz a o Artigo quarenta e dois, mas, de antemão, eu peço aqui o apoio, para concluir, da Bancada Federal, que não está presente mas está nos ouvindo e irá receber ofício e convites e etc... para nos defender, que sejam retiradas essas remissões para que, amanhã ou depois, seja construída uma Reforma só para os militares, como é a promessa do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, que essa Reforma não atinja em cheio os militares estaduais, até porque nós somos regidos pelo RPP, como falou o Doutor Lobato, Regime Próprio de Previdência, que nada mais é do que a Previdência estadual, e como ele bem apresentou a Previdência estadual dos militares é superavitária, aliás, a Previdência do Estado de Roraima. Então, eu quero concluir, Deputado Sampaio, com a fala aqui do nosso amigo Ex-Presidente da ANASPR, o Deputado Federal Subtenente Gonzaga, que afirmou: a nossa Previdência vale uma guerra e vamos fazer a guerra necessária para defendê-la, vamos à luta, porque sem luta não há conquista, obrigado.

O Senhor Deputado **Sodado Sampaio** – Obrigado, Sargento Jocenildo, é com tristeza que a gente tenha que cortar o tempo, até como compromisso com a categoria da Segurança Pública e demais categorias, mas nós temos aqui uma ordem de fala e um tempo. Convido a Senhora Andréia Vasconcellos, aqui, representando os movimentos sociais, eu gostaria também que se limitasse o tempo de cinco minutos.

A Senhora **Andréia Vasconcellos** – Boa tarde a todas as companheiras, camaradas, lutadoras, guerreiras, que, diariamente, enfrentam inúmeras dificuldades, com certeza, muitos deixaram outros afazeres para estarem aqui. Eu não vou repetir, várias falas já foram ditas sobre o que significa essa “PEC da morte”, ela é o fim do sistema de proteção social do Brasil. Na verdade, é uma ruptura do pacto social firmado com a Constituição de oitenta e oito. É uma ruptura com a própria democracia, o que está em jogo é a democracia do país, não existe democracia quando o trabalhador rural, quando a mulher, quando o indígena, quando a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) não têm uma aposentadoria e uma velhice digna não existe democracia, não existe o Estado Democrático. Esse Governo está rompendo com toda a tradição e com todo o pacto que nós construímos com a Constituição de oitenta e oito, ele esquece as mulheres idosas, os negros, esquece as desigualdades que sempre marcaram a política neste Brasil. Basta olharmos essa Mesa, veremos o reflexo de quanto é desigual o mundo da política, um homem, uma mulher e nove homens, e é assim o reflexo em todos os espaços de representação política que a gente precisa estar construindo diariamente nessa batalha. Eu trouxe alguns dados para dizer o tano que é cruel a Reforma da Previdência, que, realmente, tem de ser eliminada, nada serve dela, não é reforma, é o fim, como já disseram anteriormente. É mentira, quando dizem que a expectativa de vida é a justificativa para aumentar a idade de contribuição e a idade de aposentadoria, por exemplo, uma trabalhadora no Nordeste ou no Norte vive setenta anos, um trabalhador no Sul vive setenta e oito anos. Então, não dá para pegar o mesmo critério e usar sem considerar as diferenças regionais que temos no Brasil. Um outro elemento é o que diz respeito à própria regionalização, por exemplo, um trabalhador que vive em um bairro nobre terá uma expectativa de vida de quinze anos a mais do que uma mulher que mora na favela, na periferia e é pobre, então o Governo não considerou essas especificidades. Quando a gente olha para o próprio Mercado de Trabalho, quem é a maioria das empregadas? Quem é a maioria que está na informalidade? São as mulheres, Elas representam, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em pesquisa de dois mil e quinze, trinta e sete milhões de pessoas e dezessete milhões de homens. Quando eu olho outro dado sobre a informalidade, eu percebo que as mulheres também enfrentam

a rotatividade, elas são as últimas que entram no mercado formal e as primeiras que são demitidas em período de crise. Hoje, quando elas são recontratadas elas estão com salários menores. Hoje, em média, mesmo tendo mais escolarização que os homens, as mulheres ganham trinta por cento menos que os homens, isso é um reflexo de um país desigual, de um país que viveu trezentos e oito anos em um modelo escravocrata e que viveu duas ditaduras, onde a democracia é pouco exercitada no dia a dia. E é isso, eles querem acabar agora com a PEC dois, oito, sete. Tem uma frase de Maquiavel muito conhecida no meio político que diz: se você quer fazer uma maldade terá de fazê-la de uma vez só, e o bem faça lentamente. Este Governo começou a fazer o “pacote” de maldades e ele tem dois anos para concluir esse “pacote” de maldades, esse “pacote” de maldades começou quando ele juntou os dois Ministérios, da fazenda e da previdência, quando aprovou a PEC do congelamento do orçamento, pela Reforma do Ensino médio; onde quer que o jovem entre no Mercado de Trabalho com dezesseis anos para alcançar a aposentadoria integral aos setenta anos; pela Reforma da Previdência, ele quer acabar com os direitos trabalhistas, ele quer terceirizar todas as atividades no país, meio e fim, ele quer, inclusive, acabar com a política de valorização do Salário Mínimo. O próximo golpe será o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), transformar essa poupança que cada trabalhador tem, em uma aposentadoria, em uma renda acrescentada. Então, este Governo não representa os interesses da classe trabalhadora, os movimentos sociais deste país e não existe espaço para negociação, não existe diálogo com esse Governo, infelizmente. É, por isso, que todos nós, homens e mulheres, juventude, população indígena, a população indígena vai sair lá da sua comunidade e pagar por vinte e cinco anos uma contribuição? Não, isso significa o fim de uma velhice digna, o fim de um Estado Democrático de Direito, quando você não tem salário digno você não pode exercer a democracia dentro de um país em pleno século vinte e um. Então, a gente conclama todo mundo para, no dia quinze, se fazerem presentes aqui na Praça do Centro Cívico porque, somente nas ruas, gritando “não” à PEC é que nós mudaremos esse quadro, obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Andréia, quero registrar e convidar para compor a nossa Mesa a Deputada Federal Maria Helena Veronese, por gentileza, sente aqui ao nosso lado, seja bem-vinda Deputada, mesmo com um probleminha de saúde fez questão de estar presente. Obrigado Deputada. Quero convidar o jovem Jean Américo, representando aqui a nossa juventude e já preocupado com a aposentadoria de todos os jovens de nosso país.

O Senhor **Jean Américo** – Bom dia a todos, quero agradecer o convite da força sindical e popular de lutas de Roraima, da qual faço parte, quero cumprimentar a Mesa. Meu nome é Jean Farias, eu sou Coordenador Estadual da União da Juventude Comunista, sou membro da Associação de Estudantes de Roraima, a ASSOERR. A nossa visão é que o ilegítimo Governo opta por financiar o Sistema Financeiro, através da nova Reforma da Previdência, para prejudicar a população. Querem transferir recursos da Seguridade Social chegando ao ponto de prever que, para conseguir a aposentadoria integral, são necessários quarenta e nove anos de contribuição, o que implica começar a trabalhar aos dezesseis anos de idade para aos sessenta e cinco anos, se aposentar tranquilamente, nós não estamos dizendo que o jovem não tem o direito de trabalhar aos dezesseis anos, a nossa preocupação é com a evasão dos estudantes das escolas e Universidades Públicas e Privadas, pois com o medo de não poder alcançar a aposentadoria integral acabam saindo da escola ou da universidade. Essa é a nossa preocupação, vale ressaltar que essa medida cruel do Governo Federal não é a primeira, lembramos aqui que foi retirada a obrigatoriedade de participação da Petrobrás na exploração do Pré-Sal, entregando para as Multinacionais. Mas, senhoras e senhores, não podemos esquecer do congelamento dos recursos destinados à educação e à saúde, através da PEC cinco, cinco, que foi votada a favor pelo Senador presente aqui na Mesa. Infelizmente, afeta o serviço público com restrições de investimentos, cortes salariais e de ascensão funcional, a tão propagada Reforma do Ensino Médio. Na verdade, significa uma educação amordaçada, aquele tipo de Reforma no Ensino Médio, que, para mim, não é uma Reforma, é só para calar a boca do estudante. Novas medidas virão, agora é a PEC dois, oito, sete, conhecida como a PEC da “morte”, a próxima proposta do Governo será a trabalhista, essas medidas drásticas têm o objetivo de sucatear o serviço público para privatizá-lo. É preciso que os partidos se definam para sabermos quem, realmente, está a favor do povo, pois não adianta termos um discurso regional contra a PEC e em nível nacional os representantes dos partidos estarem negociando com o Governo, massacrando a classe trabalhadora. Nós, juventude estudantil, trabalhadora, urbana e rural, iremos resistir a tudo isso, uma nova onda de ocupações, de manifestações, greves docentes são necessárias para barrar essa PEC e barrar o avanço da mecanização, concentração e centralização do capital na educação superior contra a PEC da morte, contra os desmandos do Governo

Federal, que sempre tenta nos intimidar. A juventude não se calará, vamos ousar e resistir, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Jean Américo, representando aqui a juventude do nosso Estado, convido para fazer uso da palavra o senhor Carlos Gibim, representando os servidores federais do Estado de Roraima, com o tempo de até cinco minutos.

O Senhor **Carlos Gibim** – Bom dia a todos e a todas, em nome do Deputado Sampaio, saúdo os integrantes da Mesa e as demais entidades aqui presentes e os trabalhadores que nos escutam aqui neste Plenário. Eu me chamo Gibim, estou como presidente do Sindicato dos Servidores Federais, integramos a Frente Sindical Popular e de luta da Reforma da Previdência, a PEC dois, oito, sete e a Reforma Trabalhista que virá em seguida, entendendo que esse é um aumento crucial para nós trabalhadores, sejam eles do serviço público federal, estadual ou municipal, sejam eles da iniciativa privada, trabalhadores rurais, movimentos sociais, ou seja, toda a sociedade brasileira e, claro, roraimense, será afetada por essas medidas que estão colocadas no Congresso Nacional. Como Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, represento aqui os órgãos do Ministério da Saúde, os trabalhadores da saúde indígena, os trabalhadores da SAMP, os trabalhadores do Ministério da Agricultura, os trabalhadores do IBAMA, os trabalhadores da Superintendência do Ministério do Trabalho, os trabalhadores do Ex-Território, cedidos ao Estado e Municípios aqui no Estado de Roraima, os trabalhadores do INCRA, os trabalhadores da FUNAI, os trabalhadores da FUNASA, como parte dos companheiros aqui presentes, prestigiando e participando e lutando conosco nessa empreitada. Especificamente, muito já foi dito, e todos nós sabemos o que representam os ataques que estão colocados com essa PEC dois, oito, sete, mas eu queria colocar um ponto crucial aqui, é em relação ao trabalhador e trabalhadora na questão do não acúmulo da pensão na morte desse trabalhador, é uma atrocidade o trabalhador passar uma vida contribuindo, se aposentar e a sua família não poder ter os rendimentos da aposentadoria da contribuição desse trabalhador ao sistema, deixando a família, a entidade familiar ser afetada na sua organização financeira, na sua manutenção financeira. Portanto, é uma atrocidade que nós queremos colocar contra os trabalhadores e para aqueles que vão entrar, vai afetar a todos, a trabalhadora não poderá mais acumular pensão. Nós queremos chamar a atenção aqui dos parlamentares, especificamente, a Deputada Maria Helena, sobre a atrocidade que está sendo colocada lá com essa PEC dois, oito, sete e que nós somos contrários não só nesse ponto, mas em todos, não há como nós apresentarmos Emendas nessa PEC dois, oito, sete, porque apresentar Emenda, tentar tirar o nosso pescoço da guilhotina e colocar outros trabalhadores, outros colegas na guilhotina, não dá para negociar, nós queremos o voto contrário a essa PEC e queremos, sim, se a Previdência tem problemas e nós sabemos que tem, bem como algumas distorções que têm que ser corrigidas, para isso a classe trabalhadora, as Centrais Sindicais, a CUT, a CTB, a CSP CONLUTAS em um grande Fórum Nacional têm propostas sim para discutir a Previdência Pública neste país, o que não dá é o Governo Federal, um Governo golpista, apresentar uma proposta de Reforma que vem no sentido de retirar direitos e colocar a classe trabalhadora marginalizada no final da jornada da sua vida e não poder se aposentar, portanto, nós da frente Sindical, nós do serviço público federal fazemos um alerta aqui, a ausência dos Parlamentares Federais aqui nesta Audiência Pública já demonstra qual é a posição deles em relação a essa PEC, não estão preocupados, porque se estivessem preocupados em vir fazer o debate com os trabalhadores teriam, pelo menos, a preocupação de mandar representantes e serem anunciados aqui, mas sequer fizeram isso, tiveram consideração, a exceção apenas da Senadora Ângela Portela que me telefonou avisando que, por questões de agenda, não poderia estar participando, mas a falha de sua assessoria de não ter comunicado, eu registro aqui a questão da Senadora Ângela Portela, os demais, nós sabemos que têm os seus interesses e estão até “a cabeça” de compromissos com este Governo Federal, na indicação, inclusive, o Governo já chama eles para jantares, já ameaça publicamente que vai tirar as indicações políticas aqui no Estado de Roraima, nós não podemos compactuar, nós do Sindicato dos Servidores Públicos Federais iremos daqui em dois mil e dezoito na Base desses Parlamentares denunciar se votarem a favor da Reforma da Previdência pois, denunciando nós iremos, com certeza, fazer o nosso papel de demonstrar que eles não têm compromisso com a classe trabalhadora roraimense.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Senhor José Carlos Gibim, convido para fazer uso da palavra o senhor José Nilton representando os servidores do Estado.

O Senhor **José Nilton** – Bom dia, em nome do Deputado Soldado Sampaio, quero cumprimentar todos os representantes dos Sindicatos e todos os trabalhadores aqui presentes. O meu nome é Nilton, eu sou servidor público do Estado e, atualmente, sou Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Roraima. A minha fala será direcionada à nossa

Deputada Federal Maria Helena, que é Membro da Comissão da Reforma da Previdência. Primeiramente, Deputada, nós, os trabalhadores do Brasil e, especialmente, do Estado de Roraima, nós queremos o arquivamento dessa PEC, nós não queremos nenhum tipo de Emenda, isso nos atinge de “morte”. Durante todos esses séculos de luta, desde a escravidão, nós estaremos retornando e de uma forma pior ainda, quero dizer que o Governo está confundindo expectativa de vida com condições de trabalho, nós, servidores públicos, não temos condições de, aos sessenta e cinco anos de idade, ainda, estarmos trabalhando. Essa Reforma da Previdência é pautada em dois patamares, Deputada. Primeiro, na Previdência não há “rombo” e sim “roubo”, por que o Governo federal não instala uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para saber da saúde financeira da Previdência Social? Não faz isso, eu lhe respondo, porque os Auditores já fizeram esse levantamento e concluíram que há sim um superávit e não o déficit, nós queremos o arquivamento. A senhora, como Deputada eleita pelo Estado de Roraima e Membro desta Comissão, nós fazemos esse apelo aqui, para que a Senhora vote pelo arquivamento dessa PEC, porque nós, os trabalhadores, somos submetidos a condições sub-humanas em muitos segmentos, nós trabalhamos em muitos locais insalubres, sem condições de trabalho, com a remuneração indigna e, muitas vezes, Deputado Evangelista, Deputado Jorge Everton, Brito Bezerra, líder do Governo, aqui mesmo, na nossa Casa, na Casa do povo, nós somos maltratados, aqui no Estado de Roraima, em especial, não há um Plano de Cargos e Remunerações que leve fatores diferenciados de cada categoria, o que nós vemos é que a categoria que “grita” mais, se organiza mais, ganha mais, isso é um contrassenso de vocês que são representantes do povo. Quero dizer mais, nós assistimos atônitos a esse “mar de lama” chamado Lava-Jato, é inadmissível as mordomias que têm os Parlamentares enquanto nós, trabalhadores, além de termos uma remuneração indigna, ainda somos sacrificados do jeito que querem fazer com essa PEC dois, oito, sete, apelidada por nós de “a PEC da morte”. Nós, os trabalhadores de Roraima e do Brasil, Deputada Maria Helena e Deputados Estaduais, para quê? Aqueles Deputados que, por ventura, votarem a favor da PEC, nós faremos uma campanha diuturna contra a reeleição desses Parlamentares, porque só assim eles vão respeitar o povo, que eleje os Parlamentares, tanto os Estaduais quanto os Federais, Senador Telmário Motta, não são as Bancadas de vocês lá na Câmara e no Senado não, quem eleje somos nós, cada um eleitor, é a nós que vocês devem respeitar e não aquela maioria de vagabundos corruptos que estão sendo acusados na Lava Jato de desvio de verba pública. Eu espero que vocês absorvam essas palavras, porque é compromisso dos trabalhadores, realmente, fazer uma campanha contra aqueles Deputados Federais e Senadores que votarem a favor da Reforma da Previdência. Nós queremos o arquivamento e não Emendas. Então, cada Deputado Estadual do Brasil, os quinhentos e treze deputados Federais e dois terços dos Senadores serão colocados a irem às urnas e nós estamos, como falou muito bem o Martinho da Vila e a Dona Maria Ferraz: nós vamos em cada rincão do Estado de Roraima denunciar, dizer como se comportou e como votou cada Deputado Federal e Senador. Aqui vai o nosso recado de que o nosso desejo é pelo arquivamento, Deputada Maria Helena, vamos ter esse compromisso com o eleitor e não com as Bancadas das quais vocês fazem parte. Senador Telmário Mota, esse é o nosso recado, muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Convido para fazer o uso da palavra, representando o movimento dos sem-teto, a senhora Maria Ferraz, com o tempo de cinco minutos.

A Senhora **Maria Ferraz** – Bom dia, companheiros e companheiras, em nome do Deputado Soldado Sampaio, eu me apresento a todos que fazem parte desta Mesa, também quero repudiar a atitude da Deputada, que não veio participar hoje desta nossa Audiência, com certeza, é porque não representa as mulheres nesta Casa. Quero falar aqui sobre essa PEC e dar o recado à Deputada Federal Maria Helena, também ao Deputado Telmário Motta que está aqui. Lá, em Brasília, vamos dialogar com aqueles golpistas para arquivar essa PEC, porque, com essa PEC, a nossa miséria será maior, essa PEC vem para acabar com a vida dos produtores rurais e urbanos no Estado de Roraima e em todo o Brasil. Não posso deixar de falar pela minha categoria, que são os Sem-Teto e os Sem-Terra, que estão sofrendo nas periferias com tantas terras devolutas no nosso Estado, servindo aos latifundiários que tomam conta, enquanto nós vivemos sofrendo com este Governo que está lá, que acabou com a moradia. O Programa Minha Casa Minha Vida congelou e acabou dizendo que não tinha dinheiro. É mentira, eles estão dando os direitos para as empresas e não para os pobres. Nós do movimento dos trabalhadores Sem-Teto estamos engajados nessa luta pela moradia do nosso Estado e dos nossos Municípios. Eu quero dizer para os companheiros que aqui estão: companheiros, vamos massificar essas lutas nas ruas, vamos massificar essa luta nesta Casa e aonde quer que seja, mobilizando cada morador das periferias, mobilizando cada produtor rural para que a gente venha a

barrar essa maldita PEC e pedir, encarecidamente, Maria Helena, que lá na Bancada Federal seja arquivada essa maldita PEC, obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Maria Ferraz, eu convido o senhor Denilson Nascimento, representando os trabalhadores da iniciativa privada para fazer uso da palavra, por cinco minutos.

O Senhor **Denilson Nascimento** – Bom dia a todos, a nossa Mesa, aos Senadores, Deputados Federais e demais autoridades, representantes das frentes sindicais que estão aqui conosco e os nossos companheiros que estão nos assistindo neste momento. Em nome do SINBOC (Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Roraima) quero agradecer à Presidente Nani Brito por esta oportunidade e, em nome de todos os trabalhadores da classe privada, eu digo, estivadores, digo, quem trabalha no comércio, digo aqueles que trabalham na construção civil e demais profissões que estão no CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) da iniciativa privada, senhores, Senadores e Deputados, nós queremos e exigimos o fim desta Reforma, quero dizer que nós gostaríamos, sim, que tivesse uma Reforma, mas o que é uma Reforma? Quando fazemos uma reforma em nossa casa a fazemos para melhorar, fazemos uma reforma para que possamos nos sentir melhor na nossa casa, para que tenhamos mais qualidade de vida, mas onde está essa qualidade de vida? Estamos falando de uma Reforma que, na verdade, vai “assassinar” a aposentadoria de nossos trabalhadores, um ponto importante que deve ser estudado, toda mentira tem, como base, uma verdade, e nós estamos diante da maior mentira dos últimos cinquenta anos aqui no Brasil, e isso não é Reforma, isso é o fim. A única verdade que existe é que precisamos reformar, mas reformar para melhor, mas, infelizmente, nenhum de nós ou de nossos filhos amados, dos nossos netos irá se aposentar pela Previdência, porque nós não vamos conseguir aumentar a proposta, a proposta é aumentar de quinze a dezenove anos a mais, ou seja, aposentávamos com trinta e cinco, e agora com quarenta e nove, mas a “fachada” maior vem no segmento feminino, onde a gente promove, faz campanha pela igualdade da mulher, que igualdade é essa? Aumentamos mais dezenove, como um corpo humano vai conseguir trabalhar com todo o padrão, com todo o vigor que nós temos quando somos jovens, qual empresa vai te contratar? Eu fico imaginando um senhor de sessenta e cinco anos, um Bombeiro Civil, tendo que fazer os primeiros socorros, eu fico tentando imaginar um senhor ou uma senhora de sessenta e cinco anos dirigindo um ônibus, agora imagina se fossem os nossos pais, os nossos avós, o que iríamos querer para eles? Essa mentira de que é Reforma é a maior do século. Estão assassinando a aposentadoria, ao invés de assassinar a aposentadoria nós pedimos o assassinato da PEC duzentos e oitenta e sete, que se entere a PEC e nunca mais ela saia debaixo da terra, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Denilson pela contribuição. Neste momento, nós damos por encerrada a fala dos segmentos e entidades, representantes das quais foram apresentados com direito à fala, e passamos à fala dos senhores Parlamentares, logo após a fala, vamos ler a carta da Frente Sindical que será encaminhada à nossa Bancada Federal. Eu recebi a solicitação do Deputado Jonathan de Jesus e do Deputado Remídio, se posicionando abertos a receber a Frente Sindical para discutir sobre a PEC dois, oito, sete, colocando à disposição o seu gabinete e a sua assessoria, e justificaram que, em virtude das suas agendas, não puderam se fazer presentes. Temos aqui a presença da Deputada Maria Helena da Bancada Federal, da Senadora Ângela Portela, como anunciei desde o início, representada pelo Deputado Flamarion Portela, o Senador Telmário que se faz aqui presente, quero passar a palavra agora à nossa Bancada Estadual, começando pelo Deputado Estadual Evangelista Siqueira, ao qual nós estabelecemos um tempo em torno de oito minutos para fazer a fala, igual tempo terá cada Deputado da Bancada Estadual, logo em seguida, nós passamos para a Bancada Federal, como a palavra o Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, Deputado, quero cumprimentar a nossa Mesa, e demais presentes. Deputado Sampaio, quero parabenizar Vossa Excelência por ter apresentado este Requerimento na Casa Legislativa, abrindo espaço, assim fazendo, de fato, faz valer a máxima de que esta é a Casa do povo, abrindo a possibilidade para quem desejar discutir a PEC estivesse aqui presente. Deputado Soldado Sampaio, o Senhor está de parabéns e pode contar sempre com o nosso apoio, com o nosso Bloco Parlamentar e com todos os Parlamentares desta Casa também nessa discussão, cumprimento mais uma vez a Mesa e todos que fazem parte dos diversos segmentos. A Frente, intersindical é algo muito salutar quando os Sindicatos, quando as Federações, quando todos, em algum momento, levantam a bandeira para se juntar, independente da sua ideologia partidária, independente do seu credo religioso, independente das suas convicções políticas se unem em torno de um tema que é comum, como é este, e que merece a união de todos, porque todos, de uma forma geral, seremos prejudicados. Senhoras e senhores, primeiramente, fora,

Temer, Governo ilegítimo que não me representa e tenho certeza que não representa a classe trabalhadora. Acredito, senhoras e senhores, que está na hora de nós voltarmos para as ruas, está na hora de nós pegarmos as painéis lá da nossa casa, vestirmos a camisa da Seleção Brasileira, como já fizeram outrora, e voltar para a rua, está na hora de, no dia quinze, todos que foram à rua, anteriormente, voltar com a mesma consciência de saber que está sendo lesado, de saber que está em um caminho sem volta, está na hora de todo mundo se unir, sabe por que? Porque um novo golpe está sendo tramado contra a classe trabalhadora, e se nós não nos reunirmos agora, independente do que acreditamos, depois estaremos chorando em um caminho sem volta. Eu parabeno, mais uma vez, a Frente Intersindical Roraima, mostrando a sua cara, mostrando a sua força, com uma série de programações. Tivemos um encontro na Central Única dos Trabalhadores em conferência livre das mulheres, de saúde da mulher; tivemos o encontro com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos); tivemos também o encontro com o INSS, mostrando a nossa insatisfação. Estamos, neste momento importante, em Audiência Pública, e eu acredito que nós vamos parar este país no dia quinze, porque nós não vamos aceitar a PEC da “morte”, que vem para tirar direitos dos trabalhadores. Quero, para não me alongar muito, registrar o meu posicionamento contrário ao da nossa Bancada aqui da nossa Casa Legislativa, do nosso Bloco Parlamentar. E, mais uma vez, Deputado Sampaio, parabéns, Vossa Excelência nos representa enquanto líder do nosso Bloco, enquanto “encabeçador” deste momento de Audiência Pública, e nós não vamos parar, não à PEC da “morte” e sim aos direitos dos trabalhadores, nenhum direito a menos, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Evangelista, pela sua fala, pela sua contribuição e pela permanente defesa dos trabalhadores aqui nesta Casa.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Deputado, se o Senhor me permite fazer uma justificativa, às treze horas em ponto, eu tenho uma entrevista na Rádio Roraima exatamente sobre o tema da PEC. Então, desde já peço licença para que, na hora oportuna, possa me ausentar da Audiência.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado, concedo a palavra ao Deputado Brito Bezerra para fazer o uso da palavra, fique à vontade, Deputado Brito.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Bom dia a todos, eu gostaria, inicialmente, de saudar o Deputado Soldado Sampaio, autor desta Audiência Pública, parabenizá-lo por esta atitude grandiosa, não só por esta, mas pelas várias atitudes que tem tomado aqui nesta Casa em defesa da classe trabalhadora; quero saudar o Senador Telmário Motta; saudar a Deputada Federal Maria Helena Veronese; saudar o Deputado Evangelista Siqueira; saudar o Deputado Jorge Everton, e peço vênia das demais autoridades da Mesa para saudar, em nome da senhora Maria Alves da CUT, todos aqueles que estão aqui nesta Audiência Pública, em especial, os representantes das categorias, sindicatos, associações, no grande desafio que é trabalhar pela não aprovação desta PEC dois, oito, sete, que eu considero aqui a PEC da “destruição”, não a PEC da Reforma, e se fizer analogia com a Casa a PEC da “demolição”. Quero saudar os profissionais de imprensa aqui presentes e todos os trabalhadores que vieram nos prestigiar aqui nas galerias. Então, da mesma forma que alguns representantes aqui lamentaram a ausência de alguns Parlamentares, eu queria lamentar a ausência de muitos trabalhadores que poderiam e deveriam estar aqui presentes, enchendo essas galerias e mostrando, de verdade, que se importam com o seu futuro, Deputado Soldado Sampaio, Senhoras e Senhores. A Previdência Social é o maior programa de distribuição de renda do Brasil, em relação ao qual, eu tenho um dado importantíssimo, dizendo que, em três mil novecentos e noventa e seis Municípios Brasileiros, o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social ultrapassou os repasses do fundo de participação dos Municípios, ou seja, esse recurso é oriundo das aposentadorias e que não é dinheiro público, nunca foi dinheiro público. É dinheiro do suor do trabalhador brasileiro, que representa para três mil novecentos e noventa e seis Municípios a sustentabilidade da sua economia. É um valor maior do que o Fundo de Participação dos Municípios dada a importância desse tema da Seguridade Social, mas eu gostaria de pedir aqui também aos representantes das categorias, da Polícia Militar, da Polícia Civil e dos representantes do Corpo de Bombeiros perdão por me ater e focar em um dos pontos da Previdência que considero, Deputado Soldado Sampaio, Senador Telmário Motta, desumano, ilegítimo, covarde, é um atentado contra aquele que mais trabalha, falando em esforço físico em nosso país, que é o trabalhador rural, aquele que está na roça, aquele que “puxa enxada”, como se diz no linguajar nordestino, aquele que “puxa no rabo” da enxada, “puxando cobra com os pés”, de dia e de noite no cabo da foíce. Aqui, neste nosso interior, derrubando, no extrativismo mineral, o açaí para

conseguir o mínimo de dignidade para as suas famílias. E, antes mesmo de eu falar de Audiência, eu aprovei aqui uma moção, todos os Deputados desta Casa assinaram contra a tributação para a Agricultura Familiar e enviamos ao Congresso Nacional. Foi o primeiro ponto, quero dizer a vocês e aqueles que trabalham no campo ou são oriundos do campo, cuja grande maioria é o trabalhador rural, Senador Telmário, começa antes do galo cantar. Tenho um relato aqui, que eu não vou ler porque o tempo é curto, mas em torno de quatro, e quatro e meia da manhã, está levantando o trabalhador da Agricultura Familiar, aquele que está no campo para começar a tirar o leite da vaca, para começar a fazer o queijo depois. Às sete e meia da manhã, enquanto muitos dormem, inclusive, nós Deputados Estaduais, Federais, Senadores e aqueles que têm muitos recursos, que recebem muito e que têm que ser mais tributado enquanto dormem, eles estão tomando café, depois de uma labuta de três horas de trabalho, isso vai até oito ou nove horas da noite, sem contar que o agricultor começa a trabalhar com oito anos de idade. Digo isso por ser Técnico em Agropecuária e por ser da região Nordeste, eu lembro-me de, quando tinha oito anos, do meu pai cavando e eu semeando milho atrás, com oito anos de idade já tem de estar na roça senão não tem o alimento, o almoço, que vem daquele plantio, daquela labuta. Senhoras e senhores, é impossível tributar sobre o agricultor, sobretudo o da região Norte e Nordeste brasileiro, é fadá-lo à fome, à miséria e ao fracasso. Nós Parlamentares, Vereadores, os Prefeitos também, Deputados Estaduais, Federais e Senadores não podemos permitir, de maneira alguma, esse ponto na PEC da “destruição”, é uma covardia, é ver a fome e a miséria assolar novamente os lares, quem disse que agricultor não é tributado está mentindo, a partir da comercialização desses produtos já é tributado, sim, é tributado e os recursos necessários são repassados para que esse agricultor seja, lá na frente, beneficiado com essa aposentadoria. Então, tem agricultores que trabalham sessenta anos para poderem ser beneficiados. Agora, o Governo Federal quer Tributá-los, e os homens que passaram de sessenta para sessenta e cinco, e as mulheres de cinquenta para cinquenta e cinco, ou seja, dizer não, não pode mais se aposentar, mas nós queremos o seu dinheiro, o seu tributo para pagar aqueles que são, em nosso país, privilegiados pelo poder, que são as elites do nosso país, as elites que fazem parte do Poder Judiciário, as que fazem parte do Poder Legislativo e as que fazem parte do Poder Executivo, com estes não se fala em Reforma, com estes não se fala em perdas, mas quando é a classe trabalhadora se fala sim, portanto, todos aqueles parlamentares, que têm o seu foco, parabéns, é obrigado, sim, que todos nós nos mobilizemos. Mas nesse ponto da agricultura familiar, eu quero me colocar à disposição por ter o conhecimento, por acompanhar e saber que é impossível tributar o agricultor neste país, porque nós vamos quebrar também a economia de muitos Municípios, sem contar que o agricultor, muitos deles analfabetos, sem a escola para os filhos, sem a ponte, sem a estrada, sem condição nenhuma do Poder Público estar chegando a ele. De forma que ele terá de sair da sua propriedade, do seu recanto para ele vir pagar uma Guia Previdenciária sendo que, muitas vezes, ele nem ao menos sabe o que é uma Guia Previdenciária. Eu quero, para concluir, Deputado Sampaio, como falou aqui o senhor Lobato, representando o IPERR, o Instituto de Previdência do nosso Estado, é superavitário hoje simplesmente porque nós começamos agora, nós somos uma criança em Previdência Social no Estado, nós começamos ontem, nós só temos em torno de quatrocentos aposentados, trezentos e poucos pensionistas e temos dezoito mil contribuindo, mas lá na frente se não cuidar bem do recurso, se não aplicar bem vai faltar também, vai faltar. Portanto, não é vantagem alguma, nós temos que ficar de olho, no Governo passado estava à frente do Instituto de Previdência um desonesto que fez com que o dinheiro do aposentado, do pensionista diminuísse em mais de cento e trinta milhões de reais. Esse recurso foi desviado, foi roubado de forma dolosa, aplicado por fundos “podres” e divididos por alguém, e foi denunciado por esta Casa, inclusive, por mim, pelo Deputado Sampaio, pelos Deputados que estavam aqui e que trabalharam para que fosse formado um Conselho, e que agora as aplicações fossem feitas por pessoas responsáveis e somente em bancos públicos, como a Caixa Econômica e Banco do Brasil, tem que ser trabalhada com muita seriedade a questão de Previdência. Não estou dizendo aqui que dinheiro público não tem que ser tratado com seriedade, tem que ser tratado sim, mas o dinheiro do aposentado, o “suor” de cada dia tem que ser tratado com muito mais responsabilidade, porque lá no futuro, no final dos dias de trabalho se almeja o mínimo de dignidade, um repouso, que gose esse trabalhador dos recursos que ele mesmo produziu, que saiu do suor do rosto dele e que está depositado naquela conta, portanto, Deputado Sampaio e Senhores Parlamentares, que, desta Casa, hoje, saia um fruto ou alguns frutos que nós possamos encaminhar ao Congresso Nacional, que nós possamos também acompanhar e que todos vocês trabalhadores e trabalhadoras e a sociedade em geral se reúnam, se unam, se formem de forma coesa para, juntos, não deixarmos essa PEC progredir, essa PEC

crescer, essa PEC frutificar, porque será o fim da classe trabalhadora do nosso país. E, em especial, eu volto a dizer: quem trabalha para colocar o alimento na Mesa de cada dia é o agricultor que acorda antes do galo cantar e vai dormir quando o sol já se pôs há muito tempo, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Brito, passo imediatamente a palavra ao Deputado Jorge Everton, Membro e Vice-Presidente dessa Comissão e da Comissão de Administração e Previdência desta Casa.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Boa tarde, eu gostaria, novamente, de cumprimentar os Parlamentares, em nome do Deputado Soldado Sampaio, que organizou esta Audiência Pública, os integrantes da Mesa; eu gostaria de cumprimentar, em nome da nossa Deputada Federal Maria Helena, os representantes sindicais e de classe; gostaria cumprimentar, em nome do meu amigo Bahia, Presidente do Sindicato dos garçons, todos os trabalhadores aqui presentes, prestigiando; eu gostaria de cumprimentar, em nome do Coronel Sérgio Matos, que está aqui honrando, junto com vocês, essa luta que não é partidária, essa luta que não tem bandeira política, é uma luta do trabalhador, do povo e da sociedade que não pode ser vítima dessa tomada da nossa aposentadoria. Eu estou falando aqui para vocês, como funcionário público, eu ingressei no serviço público há dezoito anos atrás, eu sou filho de funcionário público, minha mãe professora me ensinou que só se consegue algo na vida com educação, estudando, trabalhando. Eu estou Deputado Estadual e eu digo todos os dias que nós Deputados Estaduais fomos escolhidos por vocês para podermos representar a sociedade, nós somos servidores públicos, não somos melhores do que a sociedade, somos iguais, nós nascemos no berço da sociedade, nós estamos aqui apenas ocupando uma cadeira temporariamente, uma Cadeira que representa quem tem que ser a voz do interesse social. Hoje, eu fico feliz em ver que as categorias estão unidas em um único objetivo, a gente ouviu aqui vários comentários a respeito de várias situações que são verdadeiras. O Brasil passa por uma crise, é fato, eu aproveito a presença dos Policiais Federais aqui, para parabenizá-los pela atuação da Polícia Federal, diante de todo esse disparate de crime que está ocorrendo no Brasil. A Lava-Jato é necessária que ela continue e traga uma resposta verdadeira, porque não foi o servidor público que roubou os cofres do nosso país, não foi. E a resposta tem que ser dada, sim, nós temos Parlamentares federais aqui, temos o Senador Telmário que vai poder nos falar um pouco da posição dele com relação à PEC. Eu tenho a consciência, conforme conversei com a Deputada Maria Helena, algumas reformas são realmente necessárias, mas reformas para melhor, nós precisamos ter a preocupação de que nós teremos como usufruir da nossa aposentadoria, temos sim, temos que analisar ponto a ponto, mas essa discussão não pode ser da forma que está sendo, não pode ser empurrada garganta a baixo, afinal de contas, cada trabalhadora, que está aqui, demorou quantos anos para conseguir algum direito e algum benefício social? Foi discutido amplamente, minha gente, a gente precisa, realmente, não só analisar, mas também trazer ao debate para, como está sendo trazido para a Assembleia, porque aqui é a Casa do povo, e eu faço minhas as palavras do Deputado Brito, a gente lamenta, porque essa galeria deveria estar entupida de trabalhadores, deveria estar com fila para entrar porque é um assunto muito importante para todos os trabalhadores. Com essa preocupação e por esse motivo eu me coloquei junto à ONALE (União Nacional dos Legisladores Estaduais) para representar a Assembleia de Roraima junto com esse trato, com o Relator do orçamento, junto com esse trato nós iremos ter uma reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados Federais, e onde nós iremos manifestar a preocupação do Estado de Roraima, da classe trabalhadora, de que não pode ser feito da forma que está sendo feito, a sociedade tem que ser ouvida e isso requer tempo, não adianta fazer da forma que estão fazendo, eu não tenho como mensurar, eu sou da área da Segurança Pública, sou Delegado de carreira, fui Agente de Polícia, ingressei no serviço público há dezoito anos atrás, eu não posso dizer que a classe da Segurança Pública merece menos tempo para aposentar do que a classe da saúde que está mexendo com doenças, também não posso dizer que merecem menos do que os professores, que educam e constroem este país. Temos que valorizar todas as categorias, analisar todas as bandeiras que foram levantadas, todas as lutas, quantos trabalhadores morreram lutando pelos nossos direitos? Nós precisamos preservá-los, e se necessário, ampliá-los, sim, afinal de contas, o que movimenta o país é o trabalhador, é a classe operária, é o trabalhador rural, é o funcionário público. Nós não podemos ser culpados por erros de Governos passados. Eu atribuo a todo Presidente, que passou por este país, essa bola de neve que. Nós precisamos de solução, mas acima de tudo, respeitando o trabalhador e o povo da nossa sociedade. Vocês podem contar comigo nessa fileira, que eu estarei lutando junto com vocês, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Jorge Everton. Não poderia ser diferente, o senhor, como servidor público, como Parlamentar, tem desenvolvido um excelente trabalho nesta Casa.

Quero passar a palavra agora à nossa Bancada Federal, os Senadores aqui presentes, ao representante da nossa Deputada Federal, eu quero pedir permissão até porque é semana das mulheres e pela PEC que está tramitando na Câmara, neste momento e ele faz parte da PEC. Nós vamos deixar a Deputada Maria Helena por último, eu passo a palavra ao Deputado Flamarion que fará uma fala em nome da Senadora Ângela Portela que não pôde vir em virtude de uma outra agenda no Norte do Estado, mas aqui está representada pelo Deputado Flamarion Portela. Deputado, a palavra está com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Obrigado, Deputado Soldado Sampaio, eu cumprimento Vossa Excelência, eu queria dizer de forma pública que todos aqui conhecem o Sampaio, mas talvez não conheçam profundamente a sua luta. O Deputado Sampaio é um Deputado com o qual convivemos quatro anos na legislatura passada e estamos convivendo nesta há quase cinco meses. Ele é um Deputado que tem bandeira, é um Deputado que defende, principalmente, os trabalhadores. Quero dizer isso de forma pública, louvar essa iniciativa do Sampaio; quero também cumprimentar o Deputado Brito que não tem mesma bandeira do Sampaio mas tem bandeira; eu quero cumprimentar o Deputado Jorge Everton que é um Deputado atuante, dinâmico, participa efetivamente das Comissões nos debates desta Casa; eu queria cumprimentar o Senador Telmário Mota, a Deputada Federal Maria Helena; eu queria cumprimentar todos os trabalhadores, em nome da Dona Maria Alves e o senhor José Nilton que estão aqui também, se manifestaram; eu queria não só cumprimentar, mas eu queria apelar ao Kardeck que eu fiz uma explanação didática, clara, objetiva e técnica, se pudesse, Kardeck, em cada reunião do Sindicato, você mostrar e fazer com que as pessoas compreendam esses dados, como eu aqui você apresentou, porque, assim sendo, isso vai se radiar mais, essa informação vai se alastrar mais por todos os cantos de Roraima. Eu estou aqui representando a Senadora Ângela Portela, como já disse o Sampaio, ela já tinha um compromisso agendado há muito tempo, mas eu quero dizer, porque isso já é público, já é sabido pela sociedade de Roraima, a Senadora Ângela Portela é, radicalmente, contra a PEC dois, oito, sete, ela não quer que essa PEC da “morte” avance. Eu quero dizer de forma clara, que ela é, radicalmente, contra essa PEC. Nós ouvimos aqui muitos pronunciamentos, todos valorosos, todos no espírito de combate a essa PEC, mas eu vou pedir permissão a vocês para me prender em um só ponto, Dona Maria Ferraz. Todos nós sabemos da luta histórica da mulher, a mulher luta, a mulher estuda, a mulher busca e ela, graças a Deus conquista, ela tem ampliando a sua participação, ela tem conquistado o empoderamento, pode não ser ainda o ideal, mas, o desejável. A mulher tem conquistado realmente o seu espaço pela sua competência, pelo seu método, pela sua dedicação, não só porque alguém está sendo complacente que a mulher está tendo mais acesso ao mercado de trabalho, não. É mérito da mulher, a luta é dela, mas mesmo sendo uma trabalhadora, a mulher não deixa de ser mãe, ela carrega os seus filhos durante nove meses na barriga, amamenta mais seis meses, um ano ou mais. E cada uma delas, talvez, até a rainha da Inglaterra, uma hora, faça uma vigilância na sua residência para saber como está a organização das coisas. Cada uma das nossas esposas, nossas mães fazem isso, elas querem saber como está o andamento das coisas, aí vem a mulher. Então, ela assume uma tripla jornada de forma brilhante, como dito anteriormente, ela assume essa tripla jornada, e o que vem de presente para a mulher? Agora, ela vai se aposentar aos sessenta e cinco anos, isso é um crime com quem procria, com quem orienta a sua família, com quem sustenta o lar, com quem, além de trabalhar, sustenta o lar, mas não é reconhecida nessa jornada. Homenageando, pois, o Dia Internacional da Mulher, eu deixo a mensagem de que nós precisamos combater isso com veemência, porque as injustiças são grandes e são muitas, nós não queremos ver essa PEC aprovada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Flamarion, quero agradecer, também, por meio de Vossa Excelência, à Senadora Ângela Portela pelo seu posicionamento. Passo a palavra ao Senador Telmário Motta, fique à vontade, Senador.

O Senhor Senador **Telmário Motta** – Eu quero cumprimentar, dando o meu bom dia, apesar do horário avançado. Sampaio, eu quero parabenizá-lo, é o primeiro fruto das categorias organizadas no mundo político, a partir daí surgiram outros, como nós temos alguns Vereadores, Deputados mas, singelamente, você é a pessoa que representa essa categoria, eu queria parabenizar você e todos que organizaram este evento; eu quero parabenizar Maria da CUT, nós tivemos juntos um dia desses; eu quero parabenizar, também, todas as mulheres em seu nome, todas as mulheres que fazem parte do Sindicato das Confederações Federações e etc... eu quero aqui saudar a Deputada Maria Helena, sem nenhuma dúvida, é uma mulher determinada, ela não é do meu grupo político, mas eu tenho que reconhecer que todo Parlamentar federal tem colocado tanto neste Estado, de forma silenciosa, como você tem feito. Devíamos bater palmas, porque ela é mulher humilde e

merece isso; quero aqui também saudar o Deputado Flamarion Portela, pessoa que realmente enobrece esta Casa, se pronunciou em nome da Senadora Ângela Portela, que enobrece este Estado; quero aqui também saudar o Deputado Jorge Everton que é um homem trabalhador, um homem guerreiro e está dedicado, também meu amigo Marcelo, que está lá na ponta, eu queria parabenizá-lo; quero saudar também o Deputado Brito Bezerra e os demais presentes. Antes começar, eu costumo conversar com as pessoas cara a cara. É preciso que a gente converse, se entenda, porque Deus nos deu esse privilégio. Quando eu cheguei aqui fui vaiado, está nas redes sociais principalmente no grupo do mal, Telmário foi extremamente vaiado, é bom, sabe por que a vaia é boa? Porque, com certeza, o Telmário fez algo de errado, ele tem que corrigir, porque quem paga o salário do Telmário são vocês, com suor, com determinação e com amor que vocês têm. Então, eu tenho a obrigação de trabalhar por vocês, mas eu não fui vaiado pela razão de estarmos aqui, eu não fui vaiado pela PEC que está aqui. Telmário foi o primeiro que veio aqui botar a cara a tapa e fui vaiado e fui recebido com pedrada. Não é assim que a gente faz como um parceiro, mas eu quero receber o recado da vaia de vocês, me chamaram de golpista, mas, quando eu estava apoiando a Dilma, em todos os aspectos, essas ruas estavam cheias de placas dizendo: Telmário é golpista, é contra o povo de Roraima, eu não vi nenhum de vocês defender o Telmário ou dizer que o Telmário estava errado. Eu fui extremamente massacrado, eu, a Senadora Ângela Portela e o Édio Vieira, fomos os únicos que ficaram com ela até o final. Eu fui o último Parlamentar a conversar com a Dilma na hora da votação, durante todo o processo de Impeachment, ela não resgatou nenhum parceiro, quem escolheu o Temer, fui eu e vocês, que votamos na Chapa da Dilma, mas quem escolheu para ser parceiro dela foi ela, foi o PT que errou e continua errando, apoiando o PMDB. Então, não culpem o Telmário, cupem o PT que escolheu o parceiro errado, “casou com a mulher errada”, tem que escolher o parceiro correto para amanhã não ser traído, eles sabiam que iriam ser traídos, muito bem. A última conversa que eu tive com a Dilma no fechar da relação eu disse para ela: Presidenta, eu não posso ser enterrado com a Senhora, vou votar para a Senhora não ficar cassada, mas eu tenho que olhar agora pelo povo de Roraima, porque se eu largar aquele Governo com todo o Governo Federal na mão de um Senador do mal, amanhã o Governo do Estado estará engessado, não vai fazer nada e todos nós vamos passar por muitas dificuldades, quer ver o resultado? A Maria é testemunha, eu acabei de botar cinco milhões no INCRA para ajudar a mulher do campo lá no Altarraia e lá em Rorainópolis, quer ver o resultado? Vão aqui no PA do Amazonas e aqui no PA Truarú, os postos para a mulher trabalhadora, para o homem trabalhador, é o Senador Telmário Motta que está colocando a repatriação, duzentos e quarenta milhões, sabe qual foi a renda per capita desse recurso para o Estado de Roraima? Quinhentos e quatro, a maior para poder receber o salário que estava atrasado. Eu quero dizer para vocês que agora está explicada toda esta razão, e depois não me culpem, porque eu escolhi ficar do lado do povo de Roraima e ser contra essa PEC, sim, quando eu fui líder do Iradilson, e tem gente aqui que foi Vereador junto comigo, eu paralisava as obras do Iradilson, eu posso até ser parceiro, mas eu não sou empregado do Executivo, eu sou empregado do povo, e foi sempre por esse caminho que eu trilhei a minha vida política. A PEC é ingrata, a PEC tira direitos, a PEC nivela o trabalhador rural, sem reconhecer a trabalhadora rural, sem reconhecer que ela trabalha muito mais. Eu falo com devida propriedade, porque eu comecei a trabalhar aos nove anos de idade, eu fui analfabeto até os onze anos, filho de uma empregada doméstica com um vaqueiro; essas mãos aqui não estão metidas na corrupção, não estão meladas na corrupção, quero dizer mais, cadê você, Nilton, que se dirigiu a mim como se eu fosse responsável pelas grandes mazelas? Pois bem, ronque grosso e vá vaiar quem está roubando a Previdência. É verdade que a Previdência não está quebrada, está roubada, e você sabe quem rouba, mas eu nunca vi você, Nilton, ir para a rua combater a corrupção, vá, é importante, faça isso. Quero aqui dizer também, quero aqui conversar com o jovem Jean. Sem nenhuma dúvida, Jean, eu parabenizo você, a juventude é fundamental, mas não me coloque só na cruz, não, na PEC cinquenta e cinco todos os Federais votaram, menos a Senadora Ângela Portela. Então, coloque os outros juntos, e vou te dizer o porquê, Jean, porque só tinha três alternativas. A primeira era dar o calote como o Color fez, tirar a poupança e colocar o país na maior descredibilidade, segunda, fazer o que a nossa Presidente Dilma fez, baixar os juros, baixando os juros aumenta a demanda, cai a oferta e aumenta a inflação, quem ganha dez não gasta vinte. Esse congelamento é por vinte anos e este Governo é por dois anos. Vamos eleger, sim, um Presidente socialista e nós vamos descongelar, e o nosso Brasil vai ser maior que os nossos sonhos. Quero dizer a vocês que eu nunca votei contra o servidor e sou contra essa PEC. O meu muito obrigado, bom dia.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Senador Telmário, pela fala, pelo posicionamento, temos o compromisso de, na Bancada do Senado Federal, dois terços dos nossos Senadores se posicionaram contra, falta agora nós trabalharmos a Câmara Federal. Neste momento, eu passo a palavra à Deputada Maria Helena Veronese, já de antemão agradeço a presença. Deputada, fique à vontade para usar o nosso

microfone.

A Senhora Deputada Maria **Helena Veronese** – Meu bom dia a todos, eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Soldado Sampaio; quero cumprimentar o Deputado Jorge Everton, o Deputado Brito Bezerra, o Deputado Flamarion, o Deputado Evangelista, o Senador Telmário; quero agradecer, Senador, pelas suas palavras, porque realmente quando você tem a responsabilidade com o povo, através do seu trabalho, você nem sempre precisa alardear, fazer tanto barulho. Você precisa, sim, ter a responsabilidade, de forma silenciosa, de estar representando bem as pessoas do seu Estado, eu cumprimento a Sarah Patrícia, que aqui também fez uma fala técnica, eu a parabeno, Sarah; cumprimento o Renato Carvalho que representa a frente sindical; cumprimento o Marcelo, enfim, todos os componentes da Mesa; cumprimento Nicoleti que aqui representa o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais, em nome do qual, eu cumprimento todos os presentes. Ontem, à noite, eu tomei conhecimento desta Audiência Pública, tentei falar com você, Deputado Sampaio, mas, lamentavelmente, não consegui me comunicar porque, na realidade, o que eu precisaria era trazer algum resumo dos estudos que eu estou fazendo sobre a Reforma da Previdência, eu ainda não me manifestei sobre essa Reforma como um todo. Eu estou apresentando Emendas com ralação à mulher, a diferença de idade da mulher, que eu também entendo como não ser possível aceitar, nós sabemos que a mulher tem uma tripla jornada, como bem falou o Flamarion, todas as mulheres são iguais, quando botam o pé dentro de casa começa a outra jornada: que é com o filho, é a lição do filho que você tem de acompanhar, é o doente que você tem que cuidar, é a comida, é a roupa para lavar, e é uma luta que só termina quando você deita. Isso é comum e normal para todas as mulheres. Hoje, nós mulheres estamos tendo a responsabilidade de participar para o aumento da renda da família, quando não, somos chefes de família, por isso não me parece justo que a mulher tenha que ter o mesmo tempo de contribuição, quando eu discuti esse assunto com o doutor Marcelo Caetano, que é o Secretário da Seguridade, porque, vejam bem, eu estou procurando me informar e discutir esses assuntos com especialistas de esquerda, de direita, de centro, ouvir as pessoas, as instituições, Nicoleti, aqui é uma instituição, a Polícia Rodoviária Federal já me procurou, professores já me procuraram, servidores já me procuraram, trabalhadores já me procuraram, enfim, tenho procurado ouvir as categorias e os técnicos também e nessas informações o que é importante a gente destacar e que eu considero assuntos mais polêmicos. Então, além das mulheres, tem a questão do trabalhador rural, o trabalhador rural trabalhando nas condições em que trabalha, muitas vezes, em situação de não formalidade, ele deve ter o mesmo tempo de contribuição que o trabalhador urbano tem. Isso é uma questão que nós não devemos aceitar e me parece injusta. A questão dos professores é uma outra situação que nós estamos avaliando para que não sofra a injustiça que hoje nós estamos percebendo e que consta na Reforma de Previdência. Mas, o que eu quero informar é que nós temos que ter a consciência que o montante dos recursos que paga a seguridade e a Previdência é arrecadado pelas contribuições dos trabalhadores que estão no Regime Geral. Nós temos dois Regimes: o Regime Geral, onde estão todos os trabalhadores, e o Regime Público, onde estão os servidores públicos. O Regime Geral não é deficitário, esse dado nós já levantamos, o Regime deficitário hoje é o Regime Público. Essa é uma informação que eu estou passando para os servidores públicos. E, como todos são pagos pelo mesmo Fundo de Arrecadação vem junto o CONFINS, com os Concursos de prognósticos, com a contribuição social sobre o lucro líquido, enfim, tudo isso é que financia a Previdência, a Seguridade, a saúde e a Assistência Social. Eu respeito muito a opinião de cada um, por isso eu estou aqui, mesmo eu tendo sofrido um acidente agora, eu fiz a questão de vir e ouvir a opinião de todos. Eu respeito a opinião das pessoas que eu represento, mesmo não sendo eu a Parlamentar que eles escolheram, eu represento cada uma dessas pessoas que estão aqui e eu tive a preocupação de vir ouvi-los, porque tenho essa responsabilidade. Eu quero dizer que hoje a Seguridade brasileira é altamente distributiva e inclusiva, graças a Deus, porque nós tivemos um crescimento nos gastos sociais nos últimos vinte anos. Isso é extremamente positivo, esse aumento, claro que temos que considerar que ele pesa no volume daquilo que é arrecadado, aumentarão os gastos sociais, porque nós criamos também benefícios para aqueles que jamais teriam condições de recebê-lo, como os trabalhadores que estão na informalidade, idosos que não tinham contribuído, os trabalhadores rurais, que nem sempre são formais. Aliás, no Norte e no Nordeste, noventa por cento dos casos vivem na informalidade, trabalham na informalidade, esses benefícios foram extremamente importantes, como o Bolsa-Família também, o que é importante nós registrarmos é que tudo isso é pago com o volume da arrecadação da Previdência, uma Previdência que será responsável pela aposentadoria dos nossos filhos, nossos netos. Hoje, olhando o futuro, nós sabemos que algum ajuste tem de ser feito e nós temos essa responsabilidade de fazer algum ajuste, porque nós sabemos, isso aconteceu no passado, isso não acontece mais, isso já foi vedado. Chefe de

família, quando a esposa falecida, passava a pensão para a filha, se não tivesse filhas passava para as netas e assim ia em uma corrente sem fim. Isso, claro, já acabou, essas correções de situações que o Sistema não suporta é que nós temos que ir cortando. Então, nós temos que estudar, se aprofundar, ver qual é exatamente o dado real da Receita e o dado real daquilo que sai da despesa. Eu quero, Soldado Sampaio, agradecer esta oportunidade para estar aqui conversando com os representantes de várias categorias; eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui conversando com os senhores. Eu sabia que não seria diferente, mas não posso fugir e deixar de ouvir a população. E, mesmo que não tenha a oportunidade de ouvir especialistas como eu estou tendo, eu estou procurando o conhecimento, eu tenho essa responsabilidade, quero poder em outras ocasiões ter essas informações. Eu agradeço ao Deputado Soldado Sampaio e me comprometo estar lá zelando por várias questões que me foram apresentadas: Policiais Civis, Policiais Militares, todas as categorias que têm me procurado eu tenho procurado ouvi-los e fazer essa avaliação de como minimizar o problema dentro da Reforma da Previdência, muito obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Obrigado à Deputada Maria Helena, também como a todos os participantes, para encerrar a nossa Audiência Pública, para dar encaminhamento e não ficar apenas na Audiência. A frente sindical e popular tem uma carta a ser lida e apresentada a nossa Bancada, Deputada Maria Helena, a Frente Sindical quer lhe entregar uma carta, vai ser lida e essa mesma carta será encaminhada, através de visitas, segundo a Frente Sindical, aos Gabinetes dos Senadores e Federais em Brasília, todos os Deputados Federais e Senadores irão receber essa carta assinada por vários segmentos da sociedade roraimense. Eu não sei quem vai fazer a leitura, espero que seja breve pelo avançar da hora. Com a palavra Renato para a leitura da carta.

O Senhor **Renato** – Boa tarde, senhores, eu sou Policial Federal, o meu nome é Renato Ribeiro de Carvalho, estou como Presidente do Sindicato dos servidores da Polícia Federal e estou neste ato, aqui, representando a frente, excelentíssimo Deputado Soldado Sampaio, em nome de quem, eu cumprimento todos os Parlamentares, autoridades e todos os trabalhadores presentes. Diante de todos os argumentos apresentados, a frente encaminhará uma carta a todos os Parlamentares de Roraima nos seguintes termos: Excelentíssimo senhor Deputado, eu cumprimentá-lo aproveitamos o ensejo para levar ao conhecimento de Vossa Excelência que os trabalhadores do Estado de Roraima, juntamente, com os movimentos sociais dos mais variados setores representados através das suas respectivas entidades classistas, em reunião que deliberou sobre a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC dois, oito, sete, de dois mil e dezesseis, conhecida como Reforma da Previdência, foram firmes em dizer não, vão abrir mão dos seus direitos, o trabalhador não poderá passar por isso, razão pela qual fora criada a Frente Sindical Popular e de lutas do Estado de Roraima, que é um movimento de trabalhadores do Estado de Roraima, representado por mais de trinta entidades classistas que envolvem servidores públicos das esferas Federal, Estadual e Municipal, trabalhadores urbanos e rurais de toda ordem, bem como os movimentos sociais. As entidades Sindicais e movimento sociais e as demais signatárias, através da frente popular e de lutas do Estado de Roraima, vem por meio dessa notificar Vossa Excelência e tornar público o nosso mais veemente repúdio à Proposta de Emenda Constitucional PEC dois, oito, sete, de dois mil e dezesseis, e sobre o falso pretexto de ajustar o Sistema Previdenciário representa, na verdade, o desmonte da Previdência dos trabalhadores brasileiros, que serão condenados, em sua maioria, a morrer sem direito à sua aposentadoria. Cumpre registrar que, de acordo com a Consulta Pública, realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), não há déficit na Previdência na Seguridade Social, conforme o Governo forçosamente anuncia, pois considera como fonte de receita tão somente a proveniente da contribuição Previdenciária, mas se somarmos as demais Fontes de custeio, incidentes dos mais variados impostos, tais como CONFINS, CSLL, PIS/PASEP, a Previdência é muito superavitária, ademais o Governo Federal omite o bilionário desfalque perpetrado por uma indiscriminada renúncia fiscal concedida aos mais diversos setores econômicos, e esconde ainda que nas últimas duas décadas foram retirados em média, todos os anos, trinta por cento do valor oriundo da contribuição social sobre o lucro líquido, por intermédio da DRU que é a desvinculação de recursos da União. Está claro que o objetivo da PEC dois, oito, sete, a bem da verdade, é desmantelar o Sistema Público de Previdência para empurrar o trabalhador para os Planos de Previdência Privados, drenando recursos públicos que deveriam servir para melhorar a vida do cidadão, dentre eles os pobres, na ânsia de escravizar o seu povo para beneficiar ainda mais os segmentos privilegiados da economia e, sorrateiramente, retira direitos conquistados, arduamente, com o suor do povo trabalhador deste país, está evidentemente claro que a proposta de Reforma, apresentada pelo Governo, desfigura o

Sistema de Previdência Social conquistada ao logo de anos, dificultando de qualquer maneira o acesso à aposentadoria e demais benefícios da população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida, e não receberá nada em contrapartida, dentre os abusos previstos na PEC destacamos: exigência de idade mínima para aposentadoria de sessenta e cinco anos, tanto para homens quanto para mulheres, quarenta e nove anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria com cem por cento da média das remunerações, redução do valor geral das aposentadorias, precarização da aposentadoria do trabalhador rural, pensão por morte, benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo, excluem as regras de transição vigente, criam pedágio de cinquenta por cento para todos os trabalhadores, para homens com idade superior a cinquenta anos e mulheres com idade superior a quarenta e cinco, impede a acumulação de aposentadoria e pensão por morte, regras incansáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres, fim da Aposentadoria Especial dos professores, Policiais e profissionais da saúde, exigência de, no mínimo, vinte cinco anos de contribuição para todos os trabalhadores urbanos e rurais para se aposentarem, acaba com a paridade e integralidade de todos os servidores públicos que ingressaram no serviço público antes da Emenda Constitucional quarenta e um, se com idade inferior a cinquenta anos, se homem, e com idade inferior a quarenta e cinco, se mulher, mudança do cálculo do valor do benefício, valor será determinado a partir da equivalência de cinquenta e um por cento e acréscido de um ponto percentual para cada ano de contribuição, o que implica em quarenta e nove anos de contribuição, isso se o trabalhador não tiver interrupção na jornada de trabalho, o que implica em tempo inalcançável, além disso, a Reforma da Previdência prejudicará diretamente a economia dos Municípios por conta da exigência de vinte e cinco anos para os trabalhadores rurais, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da Previdência Social que supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Diante disso, exigimos a suspensão da tramitação da PEC no Congresso até que se discuta, democraticamente, com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de Audiências Públicas que possibilitem análise e estudos econômicos atuariais e demográficos completos, afim de que se dê a devida transparência dos dados da seguridade, sendo necessário garantir a indispensabilidade da participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham a melhorar o Sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência impedindo o retrocesso dos direitos sociais. A Frente Sindical Popular e de Lutas do Estado de Roraima, por meio dos seus representantes, que abrangem todos os trabalhadores do Estado de Roraima, lutarão com todas as suas forças contra a Reforma da Previdência que, caso seja aprovada, será o fim da Previdência Pública, por isso denunciamos e condenamos a PEC dois, oito, sete, ao tempo em que conclamamos Vossa Excelência a votar essa PEC que ataca contra os trabalhadores e os brasileiros. Pedimos o seu apoio pela rejeição absoluta, já depositamos a Vossa Excelência o voto para representar o povo, o trabalhador roraimense no Congresso. Finalizando, Deputado, destacamos a Vossa Excelência que o nosso movimento em prol dos trabalhadores será intenso e implacável e não haverá tréguas para quem votar a favor da perda de tais direitos. Certos de que Vossa Excelência terá a sensibilidade para tratar a situação de conflito a se estabelecer de forma que a pauta das reivindicações das categorias seja atendida integralmente, votando inteiramente contra a PEC dois, oito, sete, exigindo o Vosso imediato posicionamento pois quem não trabalha em prol da defesa do direito do povo; certamente, não poderá continuar representando-o. Nós gostaríamos já de entregar esta carta aqui à Deputada Maria Helena e agradecer, Deputada, pela presença. A gente sabe que em uma situação de Audiência Pública com esse tema, realmente, o Parlamentar é exposto a uma situação, que fica até constrangido de colocar o seu posicionamento. Mas, gostaríamos de agradecer pela sua coragem em vir aqui colocar o seu posicionamento, porque realmente tivemos a presença de apenas a senhora. Muito obrigado, agradecemos e contamos com o seu apoio contra a Reforma, o nosso muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado ao nosso amigo pela leitura da carta, que simbolicamente está sendo entregue à Deputada Maria Helena, peça, de antemão, que a frente popular encaminhe uma cópia dessa carta à nossa Comissão de Administração e Previdência, a qual eu vou compartilhar a todos os Gabinetes. Quero justificar a ausência da Deputada Lenir Rodrigues, que faz parte da Comissão Especial, vem participando, nos ajudou a organizar, Deputado Jorge Everton, mas, infelizmente, ela amanheceu enferma hoje e não pôde comparecer, mas mandou justificar a sua ausência, no mais, eu quero agradecer aos Deputados Federais, à pessoa da Maria Helena pela clareza, pelo posicionamento, eu acredito e votei nela, fui “cabô” eleitoral dela em muitas eleições no passado; quero agradecer também ao Senador Telmário Motta que veio aqui, se colocou à disposição bem como e a Senadora Ângela Portela que já tem um

posicionamento claro também anunciado pelo Deputado Flamarion; quero agradecer aos Deputados Estaduais Brito Bezerra, Evangelista, o Presidente do Instituto, o Marcelo, e a todos vocês pela paciência, pela colaboração. Isso aqui é apenas uma etapa dessa luta que tem que continuar firme e forte. Então, eu quero colocar o nosso Mandato à disposição, o nosso Bloco, a Mesa Diretora da Assembleia não é diferente, nos colocamos à disposição, e eu quero colocar o nosso Bloco de Parlamentares, formado por quatro Deputados, também à disposição dos senhores. Eu quero aqui, antes de passar a palavra à Deputada Maria Helena, fazer um convite a todos vocês, em seguida, daremos por encerrada a nossa Audiência.

A Senhora Deputada **Maria Helena** – Muito obrigada, eu quero aproveitar este momento para convidar todos os presentes, especialmente, as mulheres, na próxima sexta-feira, dia dezessete, nós estaremos trazendo, com a ajuda da Assembleia Legislativa, neste local, às dezesseis horas, vamos estar apresentando o filme “vidas partidas”, que retrata a vida de uma mulher vítima de violência doméstica e que acaba sofrendo a tentativa de homicídio por parte do agressor. É a história da Maria da Penha, que foi a inspiração para a Lei Maria da Penha que nós conseguimos aprovar no ano de dois mil e dezesseis e que está em vigor no Brasil. Infelizmente, ainda não está totalmente cumprida, essa discussão nós vamos estar abrindo no dia dezessete com a ajuda da Assembleia Legislativa aqui neste Plenário às quatorze horas. O ator é o Domingos Montagner que, infelizmente, não estará presente porque faleceu, mas a atriz Naura Schneider já confirmou a presença. Eu agradeço a participação de todos que puderem vir.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputada Maria Helena, fica o convite a todos, para encerrar quero fazer um agradecimento especial a todos os servidores da Casa, da Comissão e a todos aqui presentes, um bom dia e continuamos a luta.

Soldado Sampaio
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 0507/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a viagem do servidor Francisco Edilson Alves Rodrigues, com destino ao município de Alto Alegre/RR, no dia 22.12.2017, que fez parte da Resolução nº 0502/2017, publicada no Diário da Assembleia, Edição n.º 2659 de 14 de dezembro do ano em curso.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0508/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores Marlúcia Figueiredo da Paixão e Rene Ferreira Machado de Souza, para viajarem ao município de Amajari/RR, saindo no dia 14.12.2017, com retorno no mesmo dia, para o Encontro Territorial da Juventude que irão tratar de políticas públicas e agenda das ações de 2018, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0509/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores Marlúcia Figueiredo da Paixão e Rene Ferreira Machado de Souza, para viajarem ao município de Iracema/RR, saindo no dia 15.12.2017, com retorno no mesmo dia, para participarem da III Plenária Territorial do Colegiado Centro de Roraima, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0510/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem à Comunidade Napoleão no município de Normandia/RR, saindo no dia 14.12.2017, com retorno no dia 16.12.2017, com o objetivo de participarem do Projeto de Capacitação Legal, para atender a equipe do Centro Humanitário de Apoio a Mulher - CHAME, a serviço desta Casa Legislativa.

NOME
Elcia Fernandes de Sousa
José de Oliveira da Silva
Michelle de Oliveira Silva
Thais Cristina Garcia

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0511/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a viagem do servidor Andrei-ve Ribeiro de Sousa, com destino a cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 13 a 15.12.2017, que fez parte da Resolução nº 0490/2017, publicada no Diário da Assembleia, Edição Nº 2657 de 12 de dezembro do ano em curso.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0512/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem à Comunidade Malacacheta no município do Cantá/RR, saindo no dia 15.12.2017, com retorno no dia 17.12.2017, com o objetivo de participarem do Projeto de Capacitação Legal, para atender a equipe do Centro Humanitário de Apoio a Mulher - CHAME, a serviço desta Casa Legislativa.

NOME
Jane Meire Medeiros Teixeira
Joaquim Costa Figueiredo
Sara Patrícia Ribeiro Faria

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0513/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento da Excelentíssima Senhora Deputada **LENIR RODRIGUES SANTOS** e dos servidores Eva Teixeira Brito e Joseilton Batista Franca, que a acompanharão na viagem com destino a Brasília/DF, saindo no dia 11.12.2017, com retorno no dia 15.12.2017, para participarem da reunião com o Presidente Nacional do PPS, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
Superintendente Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 032/2017
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº: 032/2017
PROCESSO Nº: 038/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 16.223-E, de 07 de outubro de 2013, torna público os preços registrados no PREGÃO supracitado, oriundo do PROCESSO em epigrafe, cujo objeto é Eventual Contratação de empresa especializada no serviço de Teletendimento VIA CALL CENTER com fornecimento de equipamento de telefonia e telecomunicações, equipamento de TI, sistema de atendimento multimeios e os Recursos Humanos para atendimento, conforme especificado no termo de referência., Valores unitários em reais (R\$) discriminados a seguir: 1ª colocada, LOTE ÚNICO - **TELESISTEM SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO LTDA-ME**, CNPJ nº. **03.363.624/0001-61**, item 1=R\$ 141.666,66. A Ata de Registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

Boa Vista-RR, 14 de dezembro de 2017.

Lincoln Johnson Batista de Mendonça
Presidente da CPL/ALE-RR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
C E R T I D Ã O DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
010/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO por nomeação legal e na forma da lei

CERTIFICA que, analisando a solicitação constante do Processo nº **0985/2017**, oriundo da Comissão Permanente de Licitação CPL/ALE-RR, encontrou respaldo no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, com base no PARECER CONSAD Nº 293/2017/CONSAD/ALE-RR, ficando caracterizada a sua INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, referente ao Pagamento de taxa de inscrição para servidora Maria Lauany Leal Costa, no curso “Diagnóstico Psicológico Infantil, Ludoterapia de Pais”, que será realizado pelo Ciclo CEAP-Centro de estudos Avançados de Psicologia na cidade de Belo Horizonte – MG, no período de 23 a 26 de janeiro do ano de 2018, em favor da empresa CICLO CEAP LTDA, inscrita no CNPJ: 70.953.385/0001-97, no valor de R\$ 1.590,00(um mil, quinhentos e noventa reais) de acordo com as especificações constantes do **PAM Nº 0985/2017**. Isto posto, conforme determina a Lei 8.666/93 em seu artigo 26, *caput*, esta situação de Inexigibilidade deverá ser comunicada dentro de 03 (três) dias à autoridade competente para ratificação e publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.

Boa Vista-RR 13 de dezembro de 2017.

Lincoln Johnson Batista de Mendonça
Presidente da CPL/ALE-RR.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Superintendente Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a resolução nº 389/2016 do dia 27 de Dezembro de 2016, conforme Art. 26, *caput* da Lei Federal nº 8.666/93.

Resolve:

RECONHECER E RATIFICAR, a vista do PARECER CONSAD Nº 293/2017/CONSAD/ALE-RR, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017, referente ao PROCESSO Nº 0985/2017, com fundamento no artigo 25, *caput*, da Lei Nº 8.666/93, para Pagamento de taxa de inscrição para servidora Maria Lauany Leal Costa, no curso “Diagnóstico Psicológico Infantil, Ludoterapia de Pais”, que será realizado pelo Ciclo CEAP-Centro de estudos Avançados de Psicologia na cidade de Belo Horizonte – MG, no período de 23 a 26 de janeiro do ano de 2018, em favor da empresa CICLO CEAP LTDA, inscrita no CNPJ: 70.953.385/0001-97, no valor de R\$ 1.590,00(um mil, quinhentos e noventa reais).

Boa Vista-RR, 13 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
SUPERINTENDENTE GERAL

Quando nasce um sonho, a realidade ganha uma nova chance.



Um ano
promovendo
histórias.

- ▶ **BOA VISTA** Av. São Sebastião, 883 - Cambará
- ▶ **ALTO ALEGRE** Av. João XXIII, 1357 - Centro
- ▶ **BONFIM** Rua Aluizio de Menezes, 717 - Centro
- ▶ **IRACEMA** Rua Dr. Bernardo Saião, 1030 - Centro
- ▶ **EM BREVE:** São João da Baliza / Caracarái
Mucajá / Rorainópolis

INFORMAÇÕES

98402-5014

WWW.AL.RR.LEG.BR



abrindo **caminhos**



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA
Independente e mais perto de você